

Julho - Setembro 2011 • Ano 1 • Número 2

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Nova imagem

Ibracon chega aos 40 anos totalmente renovado

Preservar é um bom negócio

Evitar passivos ambientais é estratégia para reduzir riscos

Primeira safra de balanços

IFRS mostra que empresas são mais lucrativas do que se imaginava

Expansão no horizonte

Previsões otimistas da BM&FBovespa antecipam crescimento do mercado de auditoria



- 5 Editorial
Fortalecimento
- 6 Brasil, no rumo certo
Presidente do laasb elogia rapidez da convergência às ISA Revisadas
- 10 A qualidade em primeiro lugar
Ibracon participa de consulta europeia sobre mudanças na auditoria
- 13 Expansão no horizonte
Previsões da BM&FBovespa antecipam crescimento do setor de auditoria
- 16 Preservar é um bom negócio
Evitar passivos ambientais é estratégia para reduzir riscos futuros
- 20 Terceiro Setor caminha para a maioria
Entidades se alinham cada vez mais às boas práticas contábeis
- 25 Competência técnica
Atuação do Ibracon põe em evidência o papel da Diretoria Técnica
- 26 Nova imagem
Ibracon chega aos 40 anos totalmente renovado
- 32 Perfil dos associados
Conheça o ex-presidente Gilson Menezes e a novata Maria Regina Abdo
- 37 Sinal de alerta
Resultados do exame do CFC disparam alarme nas instituições de ensino
- 38 Momento extraordinário
Crescimento econômico e IFRS incrementam atuação das Regionais
- 42 Início de uma nova era
Estudo analisa primeira safra de demonstrações financeiras após IFRS
- 46 Fôlego novo
Recém-criada Fundação de Apoio ao CPC vai fortalecer quadro técnico
- 48 Artigo
O Brasil e as normas internacionais de auditoria, por Göran Tidström
- 50 Convenção dos Contabilistas
Encontro tem palestras e painéis para gestores públicos e professores



A Revista Transparência Ibracon

é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3 mil exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração

Ana Maria Elorrieta
Antônio Carlos de Castro Palácios
Arnaldo Marques Guimarães
Fernando Dantas Alves Filho
Guy Almeida Andrade
Hildebrando Oliveira de Abreu
Jorge Ribeiro dos Passos Rosa
Juarez Lopes de Araújo
Luiz Guilherme Frazão São Pedro
Mário Vieira Lopes
Paulo César Santana
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil
Sérgio Laurimar Fioravanti
Sílvio Leitão de Castro e Silva
Walter Arnaldo Andreoli

Diretoria Nacional

Presidente
Ana Maria Elorrieta
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Danilo Siman Simões
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Diretor de Regionais
Walter Dalsasso
Diretor de Comunicação
Adelino Dias Pinho

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial

André Luiz Bufoni
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Juarez Lopes de Araújo
Marco Aurelio Fuchida
Paulo César Santana
Paulo Roberto de Toledo

Editora responsável



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)
Editora
Geraldina Privatti
Repórter
Mariana Zylberkan



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Fotografias
Thinkstock

Fortalecimento



A perenidade das instituições depende de como elas conseguem se renovar e acompanhar as necessidades do mercado e a evolução da sociedade. Mas vale frisar que a modernização baseada apenas em mudanças superficiais, meramente cosméticas, não perdura. Daí que o fortalecimento de uma atividade não se faz da noite para o dia. Trata-se de um processo ou, como se diz em inglês, um *work in progress*, significando um trabalho em evolução. É isso que estamos realizando no nosso Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil nos últimos anos. Um movimento de transformação estrutural e de fortalecimento da imagem da nossa atividade e do próprio Instituto.

Alguns dos resultados dessa transformação estão nas próximas páginas desta segunda edição de *Transparência Ibracon*. A começar pela reportagem sobre as comemorações dos 40 anos do Instituto e a realização da nossa Conferência Brasileira de Contabilidade e

Auditoria Independente, que reuniu convidados de renome e contou com plateia lotada nos dois dias de evento.

Fortalecimento também é o tema subjacente em outras matérias. Como o texto que examina o *green paper Política de Auditoria: Lições de uma Crise*, da Comissão Europeia para Mercado Interno e Serviços. Ou a reportagem com o presidente da Diretoria Executiva da BM&FBovespa, que faz previsões otimistas sobre o mercado de capitais e, consequentemente, para os serviços de auditoria independente.

Destaco, ainda, a entrevista com Arnold Schilder, presidente do IASB (International Auditing and Assurance Standards Board), um dos convidados da nossa Conferência, e o artigo de Göran Tidström, presidente da International Federation of Accountants (Ifac). Ambos ressaltam a importante participação do Brasil no processo de adoção das normas internacionais de auditoria.

Não deixe de ler, ainda, duas matérias de maior fôlego, que aprofundam temas que, de *per se*, implicam em renovação de princípios e alinhamento com as demandas da sociedade por maior responsabilidade social e ambiental. Uma delas mostra o amadurecimento do Terceiro Setor, o que também intensifica as demandas das entidades por ajuda em seus processos de profissionalização. A outra matéria aborda a importância de as empresas aperfeiçoarem suas políticas de prevenção de passivos ambientais.

Um abraço e boa leitura,
Ana Maria Elorrieta
Presidente do Ibracon



No rumo certo



Em visita ao Brasil para participar da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente – Ibracon 40 anos, realizada pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Arnold Schilder, presidente do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), falou à revista *Transparência Ibracon* sobre os desafios e avanços da convergência global às International Standards on Auditing (ISA Revisadas). Schilder destacou a rapidez com que as empresas brasileiras se adaptaram às novas regras. “Eu me sinto bastante otimista em relação às conquistas do Brasil, principalmente se levarmos em conta a barreira da tradução”, disse. Ele apontou, inclusive, a oportunidade de o Brasil se transformar em um ótimo exemplo para outras nações, por sua preocupação e comprometimento em adotar práticas de auditoria e contabilidade de alta qualidade. Nascido na Holanda, Arnold Schilder também explica como sua formação em Teologia influencia o exercício da profissão de auditor.

Qual é a principal dificuldade no processo de adoção das ISA Revisadas?

A convergência está transcorrendo muito rápido. Em âmbito global, até agora não tivemos grandes dificuldades. Claro que o processo todo leva tempo, mas está correndo satisfatoriamente. Um dos principais pontos em discussão é a tradução das normas e, neste aspecto, o Brasil está indo muito bem em relação aos outros países que não têm o inglês como língua nativa. Traduzir é mais do que achar os termos técnicos correspondentes. Trata-se de identificar como a norma é entendida em cada país. Quando estive na Coreia do Norte, soube que as normas estavam traduzidas, mas, quando conferi, vi que elas tinham sido transformadas numa espécie de linguagem artificial. Então, para traduzir as normas e torná-las acessíveis, é preciso refletir sobre seus reais propósitos. Outro ponto polêmico é a convergência praticada pelas pequenas e médias firmas de auditoria. Dá para imaginar que o auditor de uma empresa pequena se assuste ao deparar com um calhamaço de papéis com as regras de convergência. Ele com certeza pensa: “Não tenho tempo para isso”. Queremos que as pessoas entendam que as ISA Revisadas podem ser adaptadas ao perfil dos clientes, de maneira a serem de fato relevantes para as empresas.

“As companhias brasileiras de capital aberto já trabalham com as ISA Revisadas desde 2010. A previsão é de que o restante do mercado faça a adaptação até 2012. O Brasil está no caminho certo”



A cultura dos países é levada em conta na adaptação das normas?

Esse é um ponto interessante. Acredito que não se trata apenas de uma questão técnica. As regras precisam ser ajustadas às circunstâncias locais; à cultura e à história dos países. Por isso temos membros de diferentes nacionalidades em nosso comitê, para viabilizar a heterogeneidade. Temos integrantes da China, Japão, Brasil e de países da África. Claro que só isso não é suficiente. Contamos ainda com um grupo de aconselhamento, que reúne pessoas de todo o mundo. Entre suas atribuições, está a de apresentar os relatórios, antes mesmo de serem enviados à aprovação do Comitê Geral. Se o assunto for complicado, esse grupo discute os principais obstáculos que determinados países deverão ter para aplicar a regra. É composto então um relatório

com as respostas de todos os participantes.

Um ponto delicado na adoção das ISA é evitar o aumento de custos para as pequenas e médias firmas de auditoria. Como essas empresas podem evitar gastos com a convergência?

A principal preocupação é afinar a percepção dessas firmas a respeito da convergência. Seus donos, geralmente, pensam: “Sou uma organização simples, trabalho apenas com clientes de pequeno porte. Então, por que vou me ater a todas essas exigências e normas?” O objetivo é que as auditorias sejam feitas com foco no perfil dos clientes. E como é possível evitar os riscos relativos à geração de multas e taxas sem entrar no nível de detalhamento necessário à auditoria de grandes empresas? Talvez, a firma possa simplesmente

repetir a auditoria do ano anterior e atualizar os novos dados. O segredo é basicamente usar o bom senso e os princípios profissionais, como o ceticismo.

Podemos dizer que o Brasil já está alinhado às novas normas de auditoria?

Sim. As companhias brasileiras de capital aberto já trabalham com as ISA Revisadas desde 2010. A previsão é de que o restante do mercado faça a adaptação até 2012. O Brasil está no caminho certo. Pode ser que as pequenas e médias empresas levem mais tempo para se adaptar, talvez uns dois anos. É o período que terão para se familiarizar com os conhecimentos técnicos relativos às novas normas. Sinto-me bastante otimista em relação às conquistas do Brasil, principalmente se levarmos em conta a barreira da tradução.

Quais são os benefícios da rápida adaptação do Brasil às novas normas?

É um recado importante para o resto do mundo. O Brasil mostrou que está entre os países mais eficientes no processo de convergência. Entre os BRIC (grupo composto por cinco grandes economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a Rússia ainda está longe da meta; a China irá alcançá-la em 2012 e a Índia se esforça. Uma economia importante como o Brasil está demonstrando que, se o país quiser ser visto como competidor no mercado global, precisa também ser líder quando o assunto é contabilidade e serviços de auditoria.

Quais deverão ser as principais iniciativas do IASB nos próximos anos?

Vamos nos concentrar em uma discussão muito importante: o papel do auditor na sociedade. Recentemente, o IASB divulgou um relatório com sugestões sobre o que poderia ser mudado nos pareceres dos auditores. O material é resultado de uma ampla consulta pública em âmbito mundial que envolveu órgãos reguladores, empresas e acadêmicos a respeito de como a comunicação entre os auditores e seus clientes pode ser melhorada. As respostas nos chamaram a atenção; a grande maioria dos usuários disse ler apenas a conclusão final das demonstrações financeiras e praticamente ignora o resto do relatório. O IASB estipulou prazo até 16 de setembro para que interessados do mundo todo mandem sugestões. Mas há alguns projetos que vemos como prioritários. Estamos no processo de monitoramento da adoção das

ISA Revisadas em todo o mundo. Nosso acompanhamento está ajudando as empresas a se adaptar e mudar paradigmas. Então, primeiramente vamos finalizar os muitos relatórios relacionados à qualidade da prática contábil, além de reunir os comentários que recebemos sobre como implantar um modelo de contabilidade para emissão de gases do efeito estufa. Outra prioridade se refere à auditoria em instituições financeiras e seguradoras. Temos debatido bastante a formulação do relatório de práticas para esses casos, que deve ser finalizada em breve. Para concluir, temos também planos de aperfeiçoar o controle de qualidade das práticas contábeis.

O senhor acredita que o papel do auditor também se transformou em decorrência das mudanças na prática da profissão?

De certo modo, sim. A tendência é que essas atualizações sejam realizadas majoritariamente pelas grandes empresas. Os relatórios contábeis se tornaram muito extensos, há uma exigência de se elaborar uma série de notas. No passado, bastava olhar os números

“Queremos que as pessoas entendam que as ISA podem ser adaptadas ao perfil dos clientes, de maneira a torná-las de fato relevantes para as empresas”



e tirar conclusões, mas hoje há muito mais aspectos a serem analisados antes de emitir o relatório final. Esse maior detalhamento dos relatórios tornou o processo mais demorado e oneroso. A qualidade da prática de auditoria se tornou, então, algo imprescindível para o exercício da profissão que, por conta disso, também se transformou em algo mais importante para a saúde financeira das empresas.

Recentemente, li uma série de análises sobre a crise mundial em vários países da Europa e nos Estados Unidos. Elas concluem que a auditoria e as práticas de boa governança se tornaram um serviço de primeira necessidade para a sociedade. Mas, ao mesmo tempo, passou-se a exigir ainda mais dos profissionais, que chegaram a ser apontados como deflagradores da crise. O nível de preparo para realizar o trabalho se tornou ainda mais elevado, devido ao maior detalhamento dos relatórios. Vejo todas essas discussões como algo muito promissor para a profissão. O mundo não precisa apenas de auditores, mas de ainda mais auditores.

Como é possível melhorar o diálogo entre os auditores, empresários, entes reguladores e a imprensa?

A melhor saída é organizar esse diálogo e mantê-lo constante. Vejamos o caso das reguladoras. Existe agora uma instituição internacional chamada International Forum of Independent Audit Regulators (Ifiar), que compara uma série de atividades regulatórias independentes ao redor do mundo. Eu e meu diretor executivo estivemos na reunião oficial do Ifiar para apresentar as

"A Teologia e a auditoria se relacionam na minha vida, pois focam o bem-estar do próximo e se destinam a ajudar as pessoas a terem uma vida mais equilibrada em todos os sentidos"

atribuições do IASB. A partir disso, instauramos uma rotina de nos reunir pelo menos uma vez por ano. Paralelamente, organizamos uma série de reuniões lideradas por um grupo que monitora esses encontros e permite a troca de informações. As reuniões, por enquanto, são realizadas na Europa. Isso tem estimulado os auditores independentes a nos enviar comentários e sugestões.

E, claro, nós lhe dedicamos atenção e retornamos com nossa opinião. Em relação aos investidores, os encontros são mais esporádicos, uma vez que não existe uma instituição internacional que os represente. Acho que devemos brigar por isso, para criar uma prática mais consistente de encontros entre as diferentes partes que compõem a auditoria independente. Em maio, organizamos pela primeira vez o evento Global Auditor Investor Dialogue. Foi muito produtivo. Conseguimos apresentar



a maioria de nossos projetos. Aos poucos, estamos mostrando que temos realizado ações concretas em direção a isso.

O senhor é graduado em Teologia. De que maneira o estudo das religiões e a auditoria se relacionam em sua vida?

A relação entre Teologia e auditoria tem a ver com meu interesse social. Ao estudar Teologia você pode se tornar padre e aconselhar as pessoas, ajudá-las a organizar suas vidas e encorajá-las a tomar atitudes benéficas para os demais. O trabalho do auditor, de certa forma, também é aconselhar e apresentar diretrizes para resolver problemas e encorajar melhorias nos negócios. Essas minhas duas atribuições focam basicamente o bem-estar do próximo e se destinam a ajudar as pessoas a terem uma vida mais equilibrada. ✓

A qualidade em primeiro lugar

O Ibracon participa de consulta pública que discute propostas para mudança de legislação sobre auditoria na Europa



Marcos Fernandes

Ana María Elorrieta

As crises podem representar oportunidades de crescimento, desde que suas causas sejam corretamente identificadas. Duramente afetada pela crise financeira global de 2008, a União Europeia iniciou um amplo debate sobre a atividade de auditoria independente, visando propor alterações nas regulamentações vigentes. O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil foi a única entidade brasileira do setor a participar da consulta pública *Política de Auditoria: Lições de uma Crise*, coordenada pela Comissão Europeia para Mercado Interno e Serviços.

“O Ibracon reafirmou a vocação de ser uma referência nos debates e reflexões sobre temas intrínsecos à profissão do auditor”, explica Ana María Elorrieta, presidente da entidade. Conhecido como *green paper*, o documento europeu elenca 38 pontos que dizem respeito à auditoria independente, com o objetivo de obter a opinião dos *stakeholders* do setor. As principais questões abordam tópicos como a independência do auditor, concentração no setor, rotatividade das auditorias e supervisão.

O *green paper* é um documento que está sendo apreciado pela União Europeia para ser aplicado nos países que a compõem. O Brasil não precisa, necessariamente, adotar as regras que resultarem desse trabalho, mas, em um mundo globalizado, os



desenvolvimentos em uma região tão importante quanto a Europa certamente influenciarão outras regiões do globo. Ademais, muitas empresas brasileiras atuam na Europa. O Instituto apresentou suas perspectivas sobre vários temas abordados na consulta pública, à medida que questões semelhantes já vêm sendo discutidas no mercado brasileiro. Um exemplo é o rodízio de auditorias.

"Achamos importante destacar nossa posição contrária ao rodízio porque, afinal, esse tema é debatido no Brasil há mais de uma década. O Ibracon discorda da retomada do rodízio prevista inicialmente para 2008 e que foi postergada para 2012 pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)", explica Ana Maria Elorrieta.

O Ibracon entende que a rotação de firmas de auditoria é prejudicial à qualidade da prática da auditoria e propicia riscos desnecessários. A qualidade da auditoria resulta do conhecimento acumulado sobre a empresa que é auditada – suas estratégias, seus processos internos e o funcionamento do setor no qual ela se insere. "Isso requer tempo. Na troca de auditoria, o auditor seguinte tem de começar de uma página em branco", diz Ana Maria Elorrieta. É preciso lembrar, ainda, que as normas brasileiras já preveem rodízio de profissionais, conforme as melhores práticas internacionais. A equipe não muda toda de uma vez. O quadro de profissionais da auditoria

contratada é trocado paulatinamente.

"É preciso desmistificar, ainda, a ideia de que a independência do auditor diminui com o tempo, como pressuposto de falta de cuidado e zelo profissional. Quem assina a auditoria e se responsabiliza pelo relatório de auditoria é o próprio profissional. A responsabilidade é pessoal, do profissional", afirma a presidente.

Para o Ibracon, existem outros mecanismos para evitar a familiaridade sem provocar riscos. A existência, nas empresas, de comitês de auditoria fortes e com pessoas preparadas é um deles, assim como o fortalecimento do sistema de controle de qualidade das empresas, incluindo o rodízio de profissionais. Também é importante frisar que a rotação de firmas de auditoria gera maior concentração no setor.

Posicionamento

Em suas respostas ao *green paper*, o Ibracon firmou a posição de que a qualidade da auditoria deve estar no centro de qualquer debate. A qualidade deve ser o objetivo final não só para a auditoria de demonstrações contábeis, mas para todos os elementos da cadeia de informação financeira – empresas, investidores, governo e órgãos reguladores.



Acredita-se que haja um *gap* entre o que se espera da auditoria e o papel real do auditor. Mesmo destacando que não existem pesquisas que ajudem a medir e compreender esse *gap*, o Ibracon vem trabalhando para que os objetivos da auditoria e seus requisitos sejam melhor explicados ao mercado. "Nos preocupa que ainda haja falta de entendimento de nosso papel, não apenas por parte do público, mas, às vezes, também por parte de alguns reguladores", afirma Ana María Elorrieta.

Outro item do *green paper* trata especificamente do "ceticismo profissional". Em sua resposta, o Ibracon afirma que o ceticismo é fundamental para a auditoria de demonstrações contábeis. "Somente por meio de treinamento de campo e após anos de experiência é que os auditores desenvolvem o nível de ceticismo necessário para a função. Por isso os profissionais precisam acumular prática e experiência para assumir a liderança de uma equipe de auditoria", afirma o documento do Ibracon. ✓

O que é *green paper*

Na Europa, o termo *green paper* (relatório verde, em inglês) denomina documentos elaborados por uma organização governamental visando estabelecer um debate preliminar, entre as partes interessadas, a respeito de um projeto de ato legislativo. Esse procedimento é muito comum entre os países da União Europeia.

O *green paper* da Comissão Europeia para Mercado Interno e Serviços foi analisado e respondido por 688 empresas e entidades, 87% das quais de origem europeia. "As respostas estão sendo analisadas agora por comissões (jurídicas, econômicas etc.) e espera-se que, até o final do ano, se tenha uma minuta de legislação para começar as discussões no âmbito da União Europeia", conclui Ana María Elorrieta.

Expansão no horizonte

Previsões otimistas da BM&FBovespa antecipam crescimento do mercado de auditoria no Brasil, atrelado ao bom momento do mercado de capitais



Entre os muitos reflexos positivos do crescimento econômico do Brasil, um chama a atenção, à medida que reforça as análises de que o País está em meio a um processo bastante acelerado de amadurecimento do mercado de capitais. Cada vez mais brasileiros realizam investimentos de longo prazo, o que impulsiona a compra e venda de ações e ajuda a atrair novas empresas interessadas em abrir capital na Bolsa de Valores. As previsões da BM&FBovespa para os próximos três anos apontam para uma grande evolução do mercado de capitais.

Segundo Edemir Pinto, presidente da Diretoria Executiva da BM&FBovespa, a instituição trabalha com projeções de atingir a marca de mais 200 novas empresas listadas até 2014, número que representa um crescimento de 50% em relação ao tamanho atual da carteira. Empresas ligadas aos setores de consumo, infraestrutura, saúde, educação, petróleo e gás estão entre as mais interessadas em abrir capital. O lançamento de mais IPOs (oferta pública inicial de ações) também deverá estimular mais pessoas a se tornarem investidoras. Para Edemir Pinto, este novo cenário justifica a meta da BM&FBovespa de atingir cinco milhões de pessoas físicas investindo na Bolsa de Valores no Brasil, contra os atuais 596.571 (dados de abril). Mesmo frisando que não se trata de uma previsão exata,



Edemir Pinto

o executivo diz que a "provocação" evidencia que o mercado de capitais brasileiro possui todos os elementos necessários para a expansão.

"Entre estes fatores estão os fundamentos sólidos das empresas e da economia brasileira e o potencial de crescimento do Brasil nas mais diversas áreas, desde indústria até agronegócio e serviços. Também temos como um fator de atração os níveis diferenciados de governança corporativa da Bolsa, aos quais estão aderindo as companhias que chegam ao mercado, garantindo o máximo de transparência e respeito aos acionistas", analisa Edemir Pinto.

Maturidade

A BM&FBovespa é a terceira maior Bolsa do mundo em valor de mercado, o que também diz muito sobre seu enorme potencial de crescimento, principalmente diante do fato de que o Brasil ainda tem um número pequeno de investidores e de empresas listadas, em relação ao tamanho do País, da população e da economia.

"O mercado de capitais brasileiro atingiu a maturidade regulatória e serviu de exemplo para os demais países após a crise econômica mundial de 2008. Com a maior indústria financeira da América Latina, temos um grande potencial

de nos consolidarmos como um polo global de investimentos e negócios para esses países. Nesse contexto, não medimos esforços para promover iniciativas que visam a disseminar, na população, a cultura da formação de patrimônio a longo prazo, a partir do investimento em ações", comemora o presidente da Diretoria Executiva da BM&FBovespa.

A previsão otimista é reforçada pelos números apurados ainda no primeiro semestre de 2011: o valor negociado até o mês de maio, de cerca de R\$ 663 bilhões, equivale a todo o montante movimentado em 2006, de quase R\$ 599 bilhões, e é mais que o dobro do volume de 2004, de R\$ 304 bilhões. Além disso, a BMF&Bovespa também acredita que há um grande potencial de listagem entre as pequenas e médias empresas, que podem aderir ao segmento especial Bovespa Mais, além de companhias localizadas fora do eixo Rio/São Paulo.

Mercado de auditoria

O crescimento do mercado de capitais previsto para os próximos anos permite antecipar um período de bons negócios também para o setor de auditoria. Quanto maior o número de empresas listadas, mais requisitados se tornam os serviços dos auditores independentes,

que garantem as boas práticas de governança inerentes à satisfatória relação entre as companhias e seus investidores.

"A transparência e as boas práticas de governança colaboram, e muito, para aumentar a atratividade dos investidores, assim como o valor de seus ativos no mercado. As boas práticas de governança corporativa alinham interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável ao longo dos anos", explica Edemir Pinto.

O esforço que vem sendo realizado pela BM&FBovespa, no sentido de ampliar de forma significativa, até 2014, a base de investidores pessoas físicas e inserindo mais empresas na Bolsa é altamente positivo para o mercado de auditoria. "As empresas de capital aberto utilizam-se da Bolsa para captar recursos dos investidores com o objetivo de financiar seus projetos de investimento, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico mesmo. A ideia, enfim, é buscarmos ser competitivas. Ao abrir capital, a empresa começa a ser avaliada

constantemente pelos investidores e, nesse caso, passa a ter uma projeção e reconhecimento com todos os públicos com os quais se relaciona", analisa Edemir Pinto.

Vale lembrar que a demanda pelos serviços prestados pelas firmas de auditoria surge antes mesmo do lançamento de IPO. As companhias dispostas a ir à Bolsa precisam de um longo período de preparação e, depois, necessitam de auditoria independente para divulgar informações ao mercado. ✓



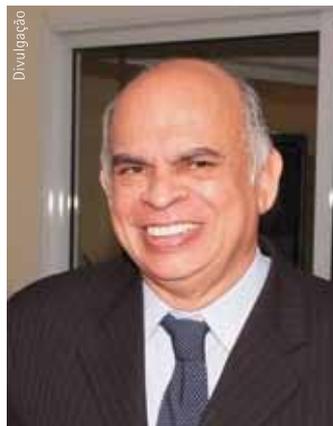
Preservar é um bom negócio

Evitar passivos ambientais é uma estratégia eficiente das empresas para reduzir riscos e também agregar benefícios que acabam se transformando em lucros

A visão empresarial sobre sustentabilidade ambiental vem mudando rapidamente à medida que consumidores e investidores se tornam cada vez mais comprometidos com a qualidade de vida. Mais do que um diferencial de negócio, as iniciativas que visam à preservação do meio ambiente assumem *status* de estratégia empresarial para conquistar novos mercados, valorizar ações no mercado de capitais, acessar benefícios fiscais e, o mais importante, evitar passivos ambientais que representem prejuízos no futuro. Afinal, esses passivos não prescrevem e podem se tornar um risco ao serem citados no relatório de auditoria operacional num processo de incorporação ou venda da companhia.

"Depois da recente crise financeira mundial, o menor indício de risco passou a ser a preocupação primordial de empresários e auditores. Por isso, o trabalho da auditoria operacional se tornou mais contundente ao incluir os possíveis impactos ambientais no *check list* destinado a minimizar ocorrências", explica Iran Siqueira Lima, presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

As empresas devem estipular suas estratégias de preservação ambiental de acordo com o grau de impacto sobre o meio ambiente relativo ao setor em que atuam. As indústrias siderúrgicas e petrolíferas, por exemplo,



Iran Siqueira Lima

são consideradas de alto impacto. Bancos e prestadores de serviços exercem atividades de médio e baixo impacto, mas isso não significa que possam dedicar menos atenção ao meio ambiente. "O desafio é equilibrar a preservação e a exploração de recursos naturais, desde a energia elétrica até o papel sulfite", diz Lima.

Não faltam exemplos de empresas que faliram ou tiveram a imagem comprometida por conta de passivos ambientais. Um dos casos mais emblemáticos, conhecido como "a tragédia de Bhopal", aconteceu na Índia, em 1984. Um vazamento de gás tóxico da fábrica norte-americana de pesticidas Union Carbide foi responsável pela morte de 15 mil pessoas ao longo de 20 anos, segundo levantamentos do governo indiano. Em 1985, a companhia fez um acordo com o governo e aceitou pagar US\$ 470 milhões em indenizações às famílias afetadas. Após a tragédia, foi declarada a falência da empresa. No Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce é alvo de duas grandes ações judiciais movidas pela prefeitura de



Itabira, em Minas Gerais, sob acusação de causar prejuízos ambientais e sociais avaliados em US\$ 2 bilhões ao longo de 50 anos.

Regras mais rígidas

A pesquisa *A assimetria informacional do risco ambiental nas demonstrações financeiras: um estudo comparativo Brasil x Estados Unidos*, realizada em 2004 pelo Grupo de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trouxe revelações importantes. Ela detectou diferenças entre as informações prestadas nos relatórios das 11 empresas brasileiras que emitiram American Depositary Receipts (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York e os dados fornecidos pelas mesmas empresas nas demonstrações financeiras padronizadas exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários

(CVM). Apesar de todas as companhias terem sido condenadas, em primeira instância, a arcar com os custos de danos ambientais, nenhuma delas reconheceu as ações judiciais como passivos em seus balanços.

Para André Luiz Bufoni, diretor adjunto da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ e um dos autores da pesquisa, a diferença reflete



André Luiz Bufoni

a forma como Brasil e Estados Unidos tratam as informações ambientais, do ponto de vista jurídico. Segundo ele, a Securities and Exchange Commission (SEC) adota normas legais rígidas quanto à transparência em relação a qualquer informação que represente risco para os investidores. Já a CVM deixa a critério das empresas emitir maiores detalhamentos a respeito dos passivos ambientais. "Muitas empresas sonham esses dados por acreditarem que nunca terão de arcar com os custos dos passivos ambientais. Outras não publicam seus riscos ambientais por não saberem como fazê-lo, não terem interesse ou ainda não manifestarem nenhuma intenção em recuperar os danos causados", explica Bufoni.

A falta de uma norma nacional que regulamente o compromisso das empresas para com o meio ambiente não as isenta de arcar com os prejuízos decorrentes de um possível dano ambiental no futuro.

Índice de sustentabilidade valoriza ações

Desde 2005, as empresas listadas na BM&FBovespa têm mais um incentivo para encarar os investimentos socialmente responsáveis como parte da estratégia do negócio. Naquele ano foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que avalia, a cada 12 meses, se as 200 empresas com ações de maior liquidez atendem a critérios relacionados à preservação do meio ambiente e redução de riscos. Ao serem incorporadas no ISE, as companhias agregam diferenciais para atrair investimentos socialmente responsáveis.

O ISE é avaliado por um Conselho Deliberativo que tem a BM&FBovespa na Presidência, em parceria com diversas instituições. Todo ano cerca de 40 empresas são selecionadas para compor o índice a partir de uma série de etapas de avaliação das informações, que incluem o preenchimento de um questionário elaborado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), entrevistas com especialistas e visitas às companhias. "Estar vinculado a esse índice é muito importante para receber recursos de agências internacionais", garante Iran Lima, presidente da Fipecafi.

Para evitar isso, Bufoni sugere que o custo seja internalizado de forma a dar início à adequação dessas empresas a uma inevitável mudança futura na legislação. "Essa iniciativa pode assumir várias formas, como aumentar a consciência ecológica dos colaboradores na extração de matérias-primas e até estimular o recolhimento de embalagens e reciclá-las."

Uma primeira mudança, porém, começa a aparecer no horizonte da normatização da divulgação de informações ambientais empresariais. Está em fase de audiência pública dentro da Câmara Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) um projeto que prevê a inserção de novas recomendações nas normas brasileiras de contabilidade. "Apesar de a legislação ambiental no Brasil ainda estar em fase de construção, essa iniciativa representa um avanço importante em termos de reconhecimento de passivos ambientais", opina Bufoni.

Transparência

A boa notícia é que a transparência, cada vez mais, é vista como uma grande aliada para aumentar a credibilidade da companhia no mercado. Ao divulgar seus passivos ambientais, a empresa tem sua reputação menos afetada quando o impacto é registrado. "O capital reputacional é muito importante para ganhar a fidelidade dos clientes e conquistar a confiança dos órgãos reguladores", destaca Bufoni.

Algumas instituições financeiras inclusive já oferecem linhas especiais de crédito para incentivar as empresas a adotar melhores práticas ambientais. "O banco HSBC dispõe de uma linha que leva em consideração a responsabilidade ambiental do negócio", conta o presidente da Fipecafi. O programa Capital de Giro Socioambiental, do HSBC, destina recursos para aquisição de bens e equipamentos visando à preservação do meio ambiente e à

promoção de negócios sustentáveis.

Iniciativas como essa integram o conjunto de diretrizes denominado *Princípios do Equador*, criado pela International Finance Corporation (IFC) e que define critérios de responsabilidade social e ambiental para a concessão de créditos por parte das instituições financeiras. Entre as obrigações previstas está a liberação de financiamentos somente após avaliação ambiental. Essa regra vale para todos os projetos com custo de capital superior a US\$ 10 milhões. Apesar de terem caráter voluntário, os padrões do IFC determinam que os signatários divulguem relatório anual sobre a aplicação dos *Princípios do Equador*.





Programa bem-sucedido

A Carbocloro, indústria produtora de cloro-soda, é um destino turístico em Cubatão, no Litoral paulista, onde está sediada. Desde que a empresa criou o programa Fábrica Aberta, as máquinas produtoras de matéria-prima dividem espaço com uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) e um Criadouro Conservacionista, ambos outorgados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A ideia, inovadora, mudou a relação entre a companhia e a comunidade. Na década de 80, a indústria química tinha uma imagem ruim diante da sociedade, no mundo

inteiro. Abrir as portas da fábrica para esclarecer as dúvidas, mostrar suas atividades, a aplicação de seus produtos e a preocupação com a segurança e o meio ambiente foi uma forma de reverter essa imagem negativa.

Ao longo do trajeto, o visitante tem a oportunidade de conhecer a RPPN, única reserva natural mantida por uma indústria química no Estado de São Paulo, desde 1992, e o Criadouro Conservacionista, um núcleo de reintegração de animais à natureza e de abrigo das espécies silvestres que não têm condições de sobreviver em liberdade. O programa Fábrica Aberta já recebeu a visita de 86 mil pessoas. ✓



Terceiro Setor caminha para a maioridade

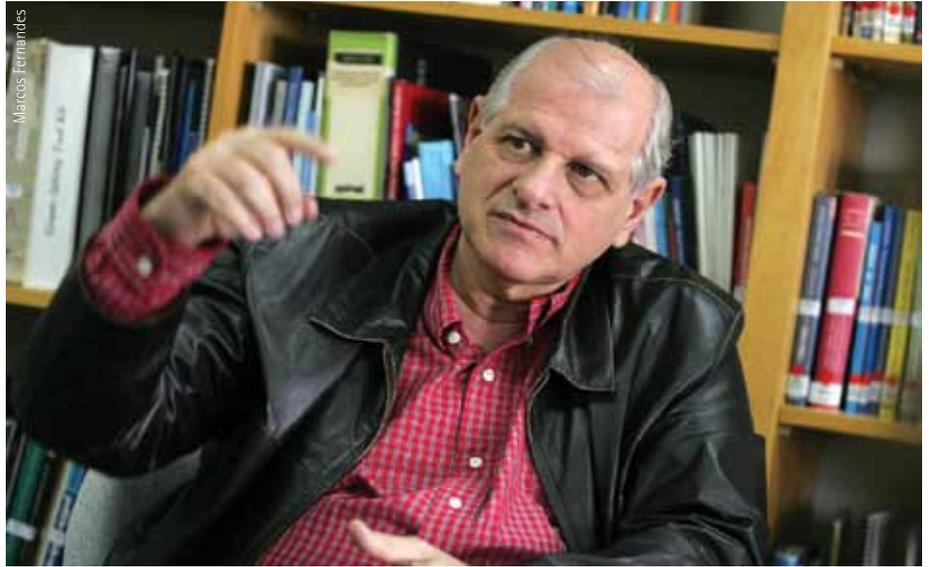
Para se tornar mais ágeis, organizações sociais se alinham cada vez mais às exigências da governança corporativa e das boas práticas contábeis



Até há pouco tempo, as instituições com atuação no Terceiro Setor eram vistas como uma espécie de "café com leite" da economia, em termos de governança corporativa e adequação às práticas de auditoria em seus balanços. Um dos principais motivos dessa visão distorcida estava na falta de reconhecimento de sua importância. "As associações ou fundações existem desde o início da colonização portuguesa em nosso país, mas sua profissionalização só começou a ser discutida a partir do início da década de 1990", explica Luiz Carlos Meregge, presidente do Instituto de Administração para o Terceiro Setor (Iats).

De lá para cá o número de ONGs, Oscips, entidades sem fins lucrativos e associações congêneres cresceu vertiginosamente no País, sem mencionar as entidades filantrópicas, com sua normatização específica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002, o Terceiro Setor no Brasil era composto por 276 mil entidades. Esse número pulou para 338 mil em 2005, quando foi realizado o último levantamento oficial.

É normal, portanto, que a decisão de adotar instrumentos técnicos de gestão venha crescendo na mesma proporção. Estima-se que o Terceiro Setor empregue 1,6% da População Economicamente Ativa (PEA), cerca de cinco milhões de pessoas em todo o País. A maioria, 60%, está voltada a atividades ligadas à educação. Em 1995, o número de



Marcos Kasil

trabalhadores vinculados ao setor era de apenas 1,5 milhão.

Os números também crescem rapidamente quando se trata de investimentos privados em ações sociais. De acordo com pesquisa realizada pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), em 2010 foram investidos R\$ 2 bilhões no setor, um aumento de 6,23% em relação a 2009. O volume de recursos movimentado pelo Terceiro Setor no Brasil já representa cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Como consequência direta dessa expansão marcante, cresce entre as instituições a percepção de que governança, estatutos sociais e demonstrativos financeiros da administração são ações estratégicas para a sobrevivência no mercado. Note-se que a Lei nº 12.101, de 2009 (conhecida como Nova Lei da Filantropia), impõe exigências mais complexas para a certificação

de organizações filantrópicas. Ela obriga essas entidades a comprovar a prestação dos serviços mencionados, a apresentar resultados que validem o cumprimento da legislação no exercício fiscal e a quantificar a porcentagem dos serviços prestados a órgãos públicos. Também determina que apresentem as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (hoje, de R\$ 2,4 milhões).

A profissionalização do Terceiro Setor também é impulsionada pelos doadores, que elevam gradativamente suas exigências no momento de escolher os projetos que receberão seus investimentos. "Hoje já existe uma variedade expressiva de métodos e também de profissionais que buscam

estabelecer a melhor técnica para avaliação de programas e projetos em diferentes áreas de atuação, seja ambiental, educativa, comunitária ou na saúde", afirma Marcos Kasil, presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis).

Há muitos casos em que a profissionalização torna-se uma obrigação por causa da própria cultura empresarial dos doadores em potencial. "Os financiadores privados são os que apresentam maior capacidade de avaliar a transparência de uma organização receptora de seus recursos. Eles sabem inserir a avaliação em seus contratos de doação, bem como cobrá-la periodicamente", afirma Kasil. Ao demonstrar seu sucesso por meio de mecanismos eficientes de avaliação, as organizações conquistam a fidelidade das empresas doadoras para viabilizar novos projetos no futuro.

O próprio crescimento da competitividade do setor obriga seus *players* a adotar uma governança corporativa mais eficiente e clara. Antigamente, por exemplo, pedidos de doações eram formalizados através de cartas enviadas às empresas. Agora, o sistema é muito mais complexo. Para contar com os recursos necessários à realização de suas atividades, as entidades são submetidas a rígidas práticas de avaliação. Assim,

disponibilizar balanços de qualidade e prestar contas das atividades sociais desenvolvidas com as doações são práticas que assumem caráter de diferencial competitivo.

Informalidade

Mesmo assim, é consenso entre os especialistas que apenas uma pequena parte das entidades conta com os serviços de contabilidade e

auditoria. Quando organizou o Mapa do Terceiro Setor, em 2003, Merege constatou que apenas 300 das seis mil organizações cadastradas no País pelo Iats tinham seus balanços organizados e disponíveis para consulta. Outro dado, fornecido pelo Idis, revela que cerca de 100 mil organizações sem fins lucrativos dispõem de algum tipo de estrutura contábil em sua administração. O número é baixo diante das projeções de que o Terceiro

Gestão especializada ainda patina

Sintonizadas com as exigências do mercado, algumas instituições de ensino superior ministram cursos específicos de gestão e contabilidade para o Terceiro Setor. Mas o País ainda não conta com uma estrutura educacional forte nessa área, como acontece na Europa e nos Estados Unidos, que dispõem de cursos tradicionais de pós-graduação em administração de organizações sociais, por exemplo. De acordo com Luiz Carlos Merege, presidente do Instituto de Administração para o Terceiro Setor (Iats), nos últimos 16 anos cerca de três mil pessoas frequentaram cursos de

capacitação. "Isso é reflexo da maior conscientização de como uma gestão mais eficiente é essencial para a saúde do setor", analisa Merege, que criou o Centro de Estudos do Terceiro Setor, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Entre os principais desafios enfrentados pelos profissionais está o método de avaliação contábil das organizações, que difere do utilizado nas empresas privadas. A contabilidade das organizações sociais dispõe de uma terminologia própria, definida pelas normas NBCs T 10.4 e 10.19 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Além da parte técnica, a própria filosofia do trabalho demanda maior especialização dos administradores. "A capacitação dessas pessoas deve ser bastante segmentada, já que necessita de um olhar mais filosófico sobre a sociedade para entender seu funcionamento", defende Merege.

Essa *expertise* permite ao profissional equacionar dilemas antigos da administração do Terceiro Setor: por exemplo, de que maneira pode-se computar o trabalho voluntário e como se mensura o conhecimento acumulado das organizações que é usado em prol da sociedade?



Luiz Carlos Merege



Mulheres fazem mais doações

A pesquisa *Perfil do Investidor Social Local*, realizada em 2008 pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), revelou que 74% dos 957 entrevistados das cidades de Guarulhos, Limeira, Santa Bárbara d'Oeste e São José dos Campos contribuem com causas sociais, com uma média anual de doações de R\$ 338,00. Do total de doadores, 56% eram mulheres. A maior parcela das doações (52%) havia sido destinada às igrejas. As áreas que mais receberam

donativos foram assistência social (63%), saúde (25%), educação (17%) e desenvolvimento comunitário (14%).

Um dado interessante diz respeito à relevância conferida pelos doadores ao vínculo que estabelecem com a localidade atendida pelas organizações. Isso foi traduzido pelo percentual de 77% dos entrevistados que afirmaram viver há mais de dez anos nos municípios em que as doações foram feitas.

Setor já tenha atingido a marca de 700 mil entidades no País, entre as quais 250 mil comprovadamente ativas. Aliás, se estiver correta, essa estimativa representa um salto impressionante sobre o número de 338 mil entidades contabilizadas pelo IBGE em 2005.

Para reverter esse quadro de "informalidade", Kisil afirma que o ideal para o setor seria, num período de cinco anos, ter ao menos 200 mil organizações com a área contábil estruturada. Essa meta viabilizaria a profissionalização de todas as entidades atuantes em poucos anos, mesmo considerando o ritmo de crescimento.

Entre as entidades mais empenhadas na organização de sua contabilidade estão as que desenvolvem atividades ligadas aos governos. Nesse caso, a transparência administrativa é uma obrigação para conquistar a certificação de prestador de serviços públicos. Essa prática deveria ser comum a todo o setor

já que o dinheiro aplicado em ações sociais tem origem pública, pois as empresas doadoras podem abater o valor investido de suas obrigações fiscais.

Uma das exigências da Nova Lei da Filantropia define que as entidades sem fins lucrativos se reportem diretamente aos Ministérios relacionados à natureza das atividades que praticam, em lugar de se subordinarem todas ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). As entidades que atuam na área de saúde, por exemplo, devem prestar contas ao Ministério da Saúde. "Essa norma mudou muito a maneira como o Governo se relaciona com o setor, já que os Ministérios realizam uma fiscalização mais específica. E a nova legislação impede que as entidades atuem em duas ou três áreas diferentes simultaneamente", lembra Luiz Carlos Merege.

Ao mesmo tempo em que impulsiona a escrituração contábil, a Nova Lei da Filantropia tem sido





importante para sanar, ou ao menos minimizar, um antigo problema do setor. Ao permitir que qualquer pessoa crie uma associação, a Constituição abre brechas para a atuação de personagens nem sempre bem-intencionados. "Devido a essa facilidade, a prática da 'pilantrópia' muitas vezes é disseminada", comenta Meregge.

O Terceiro Setor é considerado, com justiça, um dos mais democráticos da economia brasileira. Mas essa tradição

de portas abertas acaba, muitas vezes, pavimentando o terreno para fraudes. É um motivo a mais para buscar medidas mais contundentes de fiscalização e profissionalização. Controle contábil e auditorias passam a ser fundamentais. Segundo Luiz Carlos Meregge, combater casos de fraude é prioridade entre as associações. Isso pode evitar a grande repercussão que geralmente suscitam notícias de corrupção que colocam todo o Terceiro Setor sob suspeita de má administração de recursos.

Sustentabilidade financeira é o maior desafio

O Terceiro Setor precisa, se não quiser viver sempre com o pires na mão, perseguir a sustentabilidade. Uma administração eficiente e transparente é o primeiro passo nesse sentido. As gestões transparentes, que comprovam seu desempenho pela demonstração de resultados ao mercado, são as que obtêm mais sucesso na captação de recursos, principalmente junto à iniciativa privada.

A análise é de Marcelo Rocha, presidente da Associação Horizontes, uma Osci que atua na área da educação para o mercado de trabalho. Em 2010, a Horizontes foi a primeira entidade brasileira a obter a recertificação pela norma NGO Benchmarking, tendo atingido pontuação superior a 90% em áreas como controles financeiros e recursos humanos. O processo de auditoria foi conduzido pela certificadora suíça SGS, que já havia aprovado a gestão da Horizontes ao conceder-lhe a primeira certificação, em 2008.

"Com números concretamente aferidos e uma administração transparente, as entidades do Terceiro Setor aumentam a credibilidade em torno do próprio trabalho e acabam atraindo investimentos sociais privados ou públicos", avalia Rocha. Ele conta que, para ser uma das poucas entidades brasileiras a obter a NGO Benchmarking, a Horizontes passou por rigorosas auditorias, que avaliaram 108 indicadores de boas práticas de gestão. "É um processo



que contribui para separar o joio do trigo e ajuda na profissionalização das entidades", assegura Rocha.

Profissionalização, compromisso com resultados e certificação por meio de auditorias independentes são o início do caminho para que as entidades do Terceiro Setor conquistem credibilidade e sustentabilidade. Aquelas que se recusarem a seguir essa rota continuarão sempre dependentes de recursos públicos. E isso nem sempre é positivo, já que muitas vezes abre janelas para o surgimento de entidades assentadas apenas em relações políticas, que oscilam entre períodos de grande atividade e outros de hibernação, o sabor do mandato dos partidos políticos aos quais são ligadas. ✓

Competência técnica



Claudia Guriati/Ibracon

Idésio da Silva Coelho

Atuação do Ibracon no processo da convergência aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria põe em evidência o papel da Diretoria Técnica da entidade

Parte importante da credibilidade do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil está alicerçada na excelência de seu quadro técnico. Responsável pela supervisão dos pronunciamentos e publicações do Ibracon, a Diretoria Técnica é o elo entre a Diretoria Nacional e as demais instâncias técnicas do Instituto. Ela atua como uma bússola para os profissionais do setor.

"O Ibracon teve um envolvimento relevante no processo de adoção dos padrões internacionais de contabilidade e auditoria. No caso das IFRS, temos dois representantes no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); eu sou um deles", conta Idésio da Silva Coelho, diretor Técnico do Ibracon. Ele lembra que algumas normas foram questionadas pelas incorporadoras imobiliárias e concessionárias públicas. "Isso não aconteceu apenas no Brasil. Outros países relataram dificuldades", diz o diretor. Os questionamentos foram comunicados ao International Financial Reporting Interpretations Committee (Ifric), que poderá emitir orientações adicionais. Enquanto isso, o Ibracon divulgou o Comunicado Técnico 05/11, com orientações sobre alguns aspectos de auditoria em entidades vinculadas com a incorporação imobiliária. "Essa questão ainda não está totalmente esclarecida, mas a das concessionárias foi resolvida em âmbito local. Levando em conta todo o processo de convergência, acredito que o saldo final foi altamente positivo", comenta.

A Diretoria Técnica também acompanha as ações dos órgãos reguladores do mercado, em alguns casos por meio dos Grupos de Trabalho (GTs), discutindo temas vinculados com a revisão dos pares, independência profissional, atividades de supervisão independente conduzidas por reguladores do mercado de capital, a exemplo do que já é feito em alguns países.

A Diretoria Técnica atua de maneira integrada, supervisionando os GTs e os Comitês de Normas de Auditoria (CNA) e de Normas de Contabilidade (CNC), vinculados diretamente à Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT). O Ibracon tem 12 GTs: das Instituições Financeiras, de Fundos de Investimentos, de Agribusiness, de Energia Elétrica, de Incorporadoras, de Seguradoras, de Telecomunicações, de Previdência Privada, de Firmas de Pequeno e Médio Porte, de Capital Markets, de Concessões e de Ética. "Eles são compostos por contadores e auditores associados, que abraçam os temas abordados nesses fóruns", explica o diretor. Por experiência própria, ele garante que os profissionais que atuam no Instituto só têm a ganhar. "Participar dos GTs, comitês e comissões amplia nossos conhecimentos. É uma atividade muito enriquecedora. Somos colocados diante de temas complexos, relevantes. Interagimos com outras empresas, entidades e com os órgãos reguladores. Todos são muito bem-vindos", conclui Idésio da Silva Coelho, que atua no Ibracon desde 1990. ✓

Nova imagem

Processo de reestruturação e reposicionamento estratégico leva Ibracon a chegar totalmente renovado aos 40 anos



IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Ao longo deste ano, o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil vem promovendo um conjunto de atividades dedicadas a comemorar as quatro décadas de sua fundação. As ações, que tiveram início em abril com o lançamento da nova marca do Instituto e da revista *Transparência Ibracon*, prosseguiram com a realização da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente - Ibracon 40 anos. E a programação comemorativa ainda tem mais surpresas reservadas aos associados até o final do ano.

Mais que marcar os 40 anos do Ibracon, os eventos são o resultado de um processo de renovação deflagrado há aproximadamente cinco anos. Na ocasião, o Ibracon

deu início a um importante movimento de transformação, visando modernizar sua estrutura administrativa, reforçar as boas práticas de governança e fortalecer a imagem da profissão junto aos seus públicos de relacionamento e à sociedade em geral.

Essa evolução começou com a aprovação em assembleia de uma importante mudança no estatuto da entidade, que levou à criação do Conselho de Administração. A alteração permitiu implantar um novo modelo de governança, segundo o qual a Diretoria Nacional se responsabiliza pelo desenvolvimento das atividades operacionais do Ibracon, enquanto o Conselho de Administração formula a linha estratégica, a partir da análise dos cenários e das expectativas do setor.

De lá para cá, muito mais foi feito. Em abril, o Instituto lançou a nova marca e a revista *Transparência Ibracon*, assim como o Prêmio Transparência de Jornalismo e o Prêmio Transparência Universitário. Essas ações integram o plano de fortalecimento da imagem do Instituto.

A nova marca expressa os principais pilares do Ibracon: ética, transparência, excelência, independência, integridade, liderança e referência. Além de rejuvenescer a marca, a intenção era fazer com que ela refletisse o papel desempenhado pelo Ibracon, que é referência em contabilidade e auditoria independente no Brasil. A revista foi idealizada como mais um elemento do plano de fortalecimento da imagem, com a missão de dar maior visibilidade à atuação do Instituto.



Apoio cultural

O planejamento estratégico do Ibracon também contempla o fortalecimento dos vínculos com a comunidade, a partir de ações de sustentabilidade, responsabilidade social e cidadania, como forma de disseminar seus valores junto à sociedade. A mais recente dessas ações foi o apoio para a reforma do Teatro Municipal de São Paulo.

“O apoio do Ibracon se deu em forma de copatrocínio. O Instituto pagou o novo carpete do Municipal”, informa Beatriz Franco do Amaral, diretora do teatro. A reforma custou R\$ 28,3 milhões em recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Prefeitura de São Paulo. Iniciada há quase três anos, ela resgatou

o projeto inicial do teatro. Inaugurado em setembro de 1911, com toques do barroco renascentista do século 17, o Municipal é um patrimônio cultural, não apenas da Capital e do Estado de São Paulo, mas do Brasil.

Na noite de sua reabertura, em meados de junho, os convidados desfrutaram de muito mais conforto e prazer estético. A reforma envolveu o interior e a fachada do teatro: os vitrais e pinturas murais foram recuperados; as cortinas, o carpete e o estofamento das cadeiras foram trocados; as estruturas de madeira receberam tratamento especial; o arenito da fachada foi revitalizado; e as estruturas de palco e iluminação também foram modernizadas.

Conferência inovadora

Mais interativo e dinâmico, encontro reuniu profissionais de auditoria e contabilidade, representantes de órgãos reguladores, entidades do setor e convidados internacionais



Seguindo a tendência de renovação do Ibracon, a Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente - Ibracon 40 anos, realizada em junho, em São Paulo, com apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), também foi marcada por muitas novidades.

Com dois dias de duração e a presença de importantes palestrantes – do Brasil e do exterior –, o evento foi idealizado em um novo formato, mais interativo e dinâmico. Em vez de palestras nos moldes convencionais, o Ibracon optou por fazer um misto de apresentações e debates para abrir espaço à participação dos associados e assegurar discussões de alto nível. Após curtas exposições sobre os temas propostos, realizava-se uma rodada de discussão, na qual um moderador expunha as dúvidas e perguntas dos participantes para resposta dos convidados. Alguns desses debates são tratados

em reportagens nas páginas desta edição. Os demais serão aprofundados nos próximos números da publicação.

Arnold Schilder, presidente do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), abriu as apresentações do primeiro dia da conferência. Ele falou sobre a adoção das normas internacionais de auditoria (International Standards on Auditing – ISA) e os projetos em desenvolvimento no Iaasb. Amaro Luiz de Oliveira Gomes, membro do International Accounting Standards Board (Iasb), debateu a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e os desafios e oportunidades da profissão de auditor independente. O avanço das IFRS, segundo Amaro Gomes, é muito significativo: 123 países adotaram as normas ou já assumiram o compromisso de aplicá-las nas empresas listadas em Bolsas de

Valores, enquanto 98 nações adotaram ou já assumiram o compromisso de aplicar as IFRS a empresas não listadas em Bolsas.

Novas normas dão o tom

O balanço da adoção das normas internacionais de contabilidade foi apresentado no painel *A primeira safra de demonstrações financeiras: experiências e dificuldades da aplicação das IFRS*, com a participação do gerente de Normas Contábeis da CVM, José Carlos Bezerra da Silva; da professora Edilene Santana Santos, da FGV-EAESP, do coordenador Técnico do CPC, Edison Arisa, e da gerente da Contabilidade Central da Petrobrás, Maria Angélica Ferreira da Silva. Mais detalhes sobre o tema em reportagem nesta edição da revista.

O painel *Aplicação prática das novas normas de auditoria* contou



Encerramento da conferência: Fernando Carneiro da Motta, Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi, Domingos Orestes Chiomento, Juarez Domingues Carneiro, Ana María Elorrieta, Almir da Silva Mota, Amador Rodriguez, Guy Almeida Andrade, Victor Domingos Galloro e Amaro Luiz de Oliveira Gomes

com as presenças de Antonio Roberto da Costa Castro, analista de Gerência de Normas de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Idésio da Silva Coelho, diretor Técnico do Ibracon, Eduardo Amaral Gurgel Kiss, sócio da Demarest e Almeida Advogados, e Renato Kiyotaka Uema, chefe da Subunidade do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do

Banco Central do Brasil.

Gurgel Kiss destacou que fraudes em demonstrações financeiras não são de responsabilidade do auditor e que há decisão judicial assegurando essa interpretação. Kiyotaka Uema falou das expectativas do Banco Central quanto ao processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria, e elogiou

o trabalho do Grupo de Trabalho Instituições Financeiras, do Ibracon. Já Costa Castro destacou pontos importantes no processo de implantação e ajustes das ISA de acordo com o modelo de regulação brasileiro. Idésio da Silva Coelho abordou a necessidade de o auditor estar muito bem preparado para atuar com as ISA, assim como os acadêmicos e professores.

O tema *Pequenas e médias firmas: desafios e oportunidades* foi apresentado por Adeildo Osório de Oliveira, coordenador do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), Guy Almeida Andrade, coordenador do Grupo de Trabalho de Firmas de Pequeno e Médio Porte do Ibracon, e Paulo César Peppe, presidente da Peppe Associados, Consultores e Auditores Independentes. Guy Almeida Andrade destacou que as novas

normas internacionais representam um grande desafio para as firmas de auditoria de pequeno e médio porte. Ele manifestou a preocupação do Ibracon com o tema e lembrou que o Instituto tem um Grupo de Trabalho específico para estudar o assunto. Paulo Pepe lembrou que as normas são extensas e complexas, mas recomendou o uso do Guia de Controle de Qualidade para Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Porte, informando que o documento em português adaptado às Normas Brasileiras de Auditoria pode ser baixado gratuitamente do site do CFC.

Adeildo de Oliveira enfatizou que as firmas de menor porte estão diante de uma série de desafios e oportunidades gerados pelas mudanças de regulamentação e pela convergência aos padrões internacionais. E comentou sobre a dificuldade vivida com o assédio das grandes firmas sobre os técnicos já treinados, manifestando preocupação com a concentração do mercado de auditoria.

O painel seguinte teve como tema *Aplicação do CPC para PMEs*, com a presença de Nelson Mitimasa Jinzenji, vice-presidente Técnico do CFC, Vania Borgerth, chefe de Contabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Amador Rodriguez, superintendente da Serasa Experian, e Ricardo Lopes Cardoso, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE-FGV).

Jinzenji destacou a relevância da adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas (PMEs). Segundo ele, quanto maior a transparência e comparabilidade das demonstrações contábeis, mais úteis elas se tornam, facilitando o processo decisório dos



Painel *O contador do futuro*: Pedro Augusto de Melo, José Maria Chapina Alcazar, Domingos Orestes Chiomento e Antonio Duarte Carvalho de Castro

empresários no que diz respeito a novos investimentos. Ricardo Lopes advertiu que ainda há falta de conhecimento quanto às novas normas para as PMEs. Amador Rodriguez focou sua apresentação na importância das demonstrações financeiras para avaliar o risco de inadimplência das empresas. E Vânia Borgerth enfatizou que a aplicação das normas é muito importante e positiva para as PMEs.

Qualificação profissional

A formação dos profissionais mereceu amplo destaque na Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente - Ibracon 40 anos. O segundo dia do encontro foi aberto com o painel *Formação Acadêmica e Educação Continuada*, tendo como participantes Edgar Bruno Cornachione Jr., chefe do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP), Jorge Alberto da Cunha Moreira, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, e Ana Tércia Rodrigues,

coordenadora da Comissão de Educação Profissional do CFC.

Cornachione Jr. tratou das demandas do mercado e do ensino acadêmico. Para ele, a teoria e a prática precisam andar juntas. O professor também acredita que o exame de suficiência aplicado pelo CFC é uma maneira de reforçar a profissão no Brasil. Cunha Moreira destacou a importância da educação continuada para o contador, que deve estar sempre se atualizando e participando de cursos e eventos. Ana Tércia Rodrigues apresentou os principais pontos de amadurecimento do Programa de Educação Continuada do CFC.

Outro tema que chamou a atenção dos participantes foi *O contador do futuro*, apresentado por Antonio Duarte Carvalho de Castro, presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), José Maria Chapina Alcazar, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo (Sescon-SP), Pedro Augusto de Melo, membro do Conselho de Administração do Ibracon, e Domingos Orestes Chiomento, presidente do CRC-SP.

Antonio Castro avaliou que o contador se tornou ainda mais estratégico para as companhias dentro do novo panorama econômico. Por isso, os profissionais devem buscar um conhecimento mais profundo e abrangente de toda a operação da empresa. Chapina Alcazar opinou que o perfil atual do contador exige que seja competitivo, realize operações complexas, faça o acompanhamento da gestão, com o uso intensivo da tecnologia da informação. Chiomento endossou a avaliação de que a contabilidade alcançou um novo patamar e que o contador, hoje, tem o papel de auxiliar os gestores na tomada de decisões. O conselheiro Pedro Melo enfatizou que o contador tem de evoluir ainda mais. E defendeu que os órgãos de classe sejam mais atuantes na promoção e defesa da profissão.

Desafios

O encerramento da conferência também foi dedicado ao debate sobre o cenário brasileiro para os contadores e auditores. O tema *Os desafios da*

profissão contou com as contribuições de Juarez Domingues Carneiro, presidente do CFC, Alexsandro Broedel Lopes, diretor da CVM, Sílvia Marques de Brito e Silva, chefe adjunta do Departamento de Normas do Banco Central, e Ana Maria Elorrieta, presidente do Ibracon.

Juarez Carneiro manifestou preocupação com o nível de ensino de Ciências Contábeis nas instituições universitárias, em razão dos baixos resultados do primeiro exame de suficiência (mais detalhes em matéria desta edição). Alexsandro Broedel ressaltou que a contabilidade tem que agregar valor à informação contábil. E considerou a comoditização da informação contábil um grande risco, pois a demanda do mercado não é essa, mas, sim, que se atenda às necessidades específicas das corporações. Ele afirmou que o contador precisa assumir sua função com firmeza porque consultores estão sendo contratados para produzir informações – como *impairment*, valor justo etc. –, enquanto os contadores simplesmente registram os dados na contabilidade. Sílvia Marques lembrou

o “apagão profissional” e a falta de profissionais de qualidade no mercado.

A presidente do Ibracon, Ana Maria Elorrieta, afirmou que as múltiplas regulações a que o profissional de contabilidade está sujeito, como aquelas emitidas pela CVM, Susep, BC etc., representam um desestímulo para a profissão. Ela também avaliou que um dos grandes desafios do momento é atrair e reter jovens para a profissão. Outro ponto crítico é a criação de um ambiente adequado para a qualidade das demonstrações financeiras e das auditorias. ✓



Painel *Os desafios da profissão*: Ana Maria Elorrieta, Sílvia Marques de Brito e Silva, Alexsandro Broedel Lopes, Juarez Domingues Carneiro e Guy Andrade

A voz da experiência

Há 60 anos, Gilson Menezes se divide entre as atribuições na única empresa em que já trabalhou e o apoio ao desenvolvimento da profissão no Brasil



Muitas foram as contribuições de Gilson Miguel de Bessa Menezes, 75 anos, para a disseminação e aperfeiçoamento da contabilidade e auditoria no País. Entre as atividades que liderou enquanto presidente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, de 1978 a 1982, destacam-se a elaboração das primeiras normas brasileiras de contabilidade e a compra das primeiras sedes das regionais do Ibracon no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Mas, antes mesmo de assumir a presidência, ele trabalhava pela consolidação do Instituto. Em outubro de 1972, menos de um ano após a fundação do Ibracon, participou da 1ª Reunião Nacional dos Auditores Independentes, realizada em Recife (PE). E, em maio de 1975, esteve no 1º Seminário de Auditoria do Nordeste.

Sua trajetória profissional também é fortemente marcada pela fidelidade à Walter Heuer Auditores Independentes, a primeira empresa que o contratou, em 1952, como auxiliar de escritório, e da qual é hoje presidente. “Lá só trabalhavam alemães e descendentes, que não transmitem o conhecimento facilmente. Como eu não via muito futuro, pedi para sair, alegando que minhas notas estavam baixas na escola por falta de tempo para estudar.” Ocorre que Gilson Menezes recebeu pedidos insistentes do patrão para que ficasse, nem que fosse preciso trabalhar apenas por



meio período. "Ele reduziu a minha carga horária e ainda me deu aumento", conta.

Após esse voto de confiança, a dificuldade em assimilar a cultura de seus colegas alemães foi logo superada. A postura exigente e a rigidez em relação a horários, por exemplo, são aspectos da cultura germânica que Gilson Menezes incorporou. "Costumo dizer que eu sou o brasileiro com mais trânsito na comunidade alemã. Profissionalmente, eu me comporto como eles e fui até convidado para ser vice-presidente de honra da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha."

Antes de assumir a contabilidade como profissão, ele ainda tentou entrar na faculdade de Engenharia. Mas, como trabalhava muito na firma, não tinha tempo para se dedicar aos estudos. "Era a profissão mais badalada da época, mas acabei passando em Economia na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro", diz.

Devido à experiência adquirida na firma de contabilidade, o então estudante de economia mais parecia um professor em sala de aula. "Fazia perguntas elaboradas aos professores e eles reclamavam que isso atrapalhava o resto da classe. Muitas vezes me pediam para ficar do lado de fora."

Depois de formado, o contador especializado em custos continuou na empresa. Ele conta que dedicar toda



Gilson Menezes na 1ª Reunião Nacional dos Auditores Independentes (acima, quarto da esq. para a dir.) e no 1º Seminário de Auditoria do Nordeste (abaixo, à esq.)





a trajetória profissional a apenas uma firma pode parecer estranho hoje, mas, quando começou na profissão, era difícil mudar de emprego. Havia pouca oferta de vagas nesta especialidade. "Era quase obrigatório fazer carreira numa mesma empresa se você quisesse continuar a ser contador."

Aos poucos, a dedicação de Gilson Menezes foi sendo gratificada. Até que, há 30 anos, Walter Heuer foi convidado a ocupar o cargo de vice-presidente da Varig e ele assumiu a presidência da Walter Heuer Auditores Independentes. "Tive muitas chances de mudar de emprego, mas os donos nunca me deixaram sair. Acho que esse era o meu destino mesmo", filosofa.

Ressalvas

Ao longo desse tempo, o ex-presidente do Ibracon acompanhou todas as transformações da profissão. Há alguns anos ele vem se dedicando mais a análises de auditoria que de contabilidade, principalmente após a implantação da revisão contábil.

"Antigamente, a auditoria era limitada a empresas estrangeiras, diferente de hoje, que é um serviço indispensável. Essa mudança se deve à evolução do empresariado nacional", comenta.

Mas esse veterano da auditoria vê com ressalvas a evolução acelerada, que exige um grau de especialização cada vez mais elevado, difícil de ser acompanhado por contadores e auditores de todo o País. "Fala-se muito em seguir os padrões internacionais de auditoria e contabilidade, mas é preciso lembrar que o Brasil não é formado apenas pelos grandes centros. O resto do País tem muita dificuldade em acompanhar tantas mudanças, o que gera uma grande carência de profissionais nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo. Em minha opinião, a convergência às normas internacionais deveria ser um pouco mais lenta", diz.

Gilson Menezes avalia, ainda, que o esforço do Brasil para se adaptar aos princípios internacionais eleva o custo da formação do profissional.

"Ao mesmo tempo, os empresários nem sempre têm como arcar com os valores mais altos desses serviços e acabam contratando pessoal menos gabaritado, o que influencia a qualidade dos relatórios de contabilidade."

Mesmo depois de tantos anos de profissão, ele não pretende se aposentar tão cedo. "Todos os dias me esqueço da idade que tenho e continuo pensando como uma pessoa de 40 anos. Meus filhos costumam dizer que vou viver até os cem anos, assim como a minha mãe, que faleceu perto disso. Então, ainda tenho mais 25 anos para ver minha empresa crescer e viajar muito", conta o ex-presidente do Ibracon, que está no segundo casamento, após perder a primeira esposa, com quem viveu por 39 anos. Da primeira união nasceram quatro filhos; um deles seguiu a profissão do pai. Gilson Menezes também é avô de três moças e dois rapazes. ✓



Gosto pelo desafio

Há dez anos, Maria Regina Abdo se arriscou ao trocar o magistério pelo curso de técnico em contabilidade. A mudança a fez descobrir sua real vocação

Tudo começou por conta de uma agenda eletrônica. Esse foi o prêmio que a (hoje) auditora Maria Regina Cozero Abdo, de 35 anos, ganhou ao ter seu projeto de conclusão de curso selecionado em concurso na faculdade. A dissertação era sobre os princípios da auditoria, assunto considerado espinhoso e ainda pouco conhecido, dez anos atrás, quando Maria Regina ainda morava em Amparo, sua cidade natal, no interior paulista. "Foi quando eu decidi que seria auditora", diz.

Era uma decisão difícil: ela abriu mão de sua formação em magistério, considerada muito mais segura, para atender ao chamado de uma carreira até então pouco conhecida. Mas a aptidão em lidar com números, percebida desde os tempos de colégio, a impulsionou a fazer a escolha que definiria sua vida. "Na época, muitas pessoas

começavam a exercer a profissão sem nem saber do que se tratava. Mas, depois de alguns estágios, descobri que não queria ser professora. Decidi tentar algo diferente, apesar de a auditoria ser ainda pouco divulgada, principalmente no interior de São Paulo. Na verdade, quis estudar contabilidade porque, entre as opções disponíveis em Amparo, era a que mais se aproximava do meu sonho de, um dia, ser executiva", lembra.

Hoje, a profissão representa para Maria Regina a possibilidade de ser reconhecida por seus conhecimentos específicos, inerentes ao ofício. "É um trabalho que exige qualificação profissional; você precisa dominar uma série de normas e padrões", conta a especialista em incorporação imobiliária, que acaba de assumir o cargo de sócia na empresa Grant Thornton Brazil, onde trabalha há oito anos.

E foi essa busca constante pelo conhecimento que a levou a

participar das reuniões técnicas do Ibracon. A recém-associada vê nesses encontros a possibilidade de manter contato com os colegas de profissão e acompanhar as atualizações das normas técnicas. "Fazer parte do Ibracon é importante justamente por conta do intercâmbio de experiências e da oportunidade de me atualizar nos cursos, palestras e grupos de trabalho", avalia Maria Regina. Ela também participa das reuniões mensais da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, nas quais discute o processo de renovação de normas de auditoria para o setor de seguros.

Voos mais altos

O desejo de crescer profissionalmente é uma constante na vida de Maria Regina. Ela recorda que saiu da casa dos pais para residir com a irmã em Ribeirão Preto porque lá ficava uma

das filiais da Trevisan Auditores, seu primeiro emprego na área. "Foi difícil ficar longe da família, estava acostumada a ir à casa dos meus avós todo fim de semana, mas adorei morar em Ribeirão Preto; é uma cidade mais agitada do que Amparo", lembra.

Após três anos na Trevisan, ela foi selecionada para trabalhar como encarregada na Grant Thornton, em São Paulo. "Decidi vir para a Capital quando percebi que o escritório não tinha mais para onde crescer. Gostei da vida agitada da metrópole, combina mais com minha personalidade ambiciosa", conta.

Devidamente instalada no coração financeiro do País, no escritório da Grant Thornton Brazil, na avenida Paulista, Maria Regina viu no boom imobiliário de 2007 a chance de se especializar em uma das áreas de maior relevância para a auditoria, nos últimos anos. "Mesmo com a padronização trazida pela convergência às normas internacionais, o processo de incorporação imobiliária no Brasil é muito específico e, por isso, exige métodos de avaliação próprios. O que me atrai é o desafio de dominar algo tão particular", diz.

Atualmente, Maria Regina está em fase de treinamento para assumir o cargo de sócia da empresa. E não pretende parar por aí. O bom momento da profissão permite visualizar voos mais altos no futuro. "Acredito que vamos ter mais oportunidades de reconhecimento daqui para a frente. A expansão do mercado de capitais no Brasil também vai nos exigir maior especialização já que teremos mais demanda por parte dos investidores."



O panorama otimista faz a jovem auditora lembrar-se das palavras de um professor da faculdade, anos atrás. "O professor José Carlos Marion dizia que, no futuro, a contabilidade seria muito mais valorizada. Ele previa que a exigência de as empresas contarem com auditoria iria crescer muito. Hoje, o auditor é um profissional escasso no mercado de trabalho, diferentemente daquela época."

Na lista de prioridades de Maria Regina para acompanhar esse bom momento da auditoria está a conquista do *Certified Public Accountant (CPA)*, título de registro emitido nos Estados Unidos.

A dedicação à profissão, porém, colocou Maria Regina diante de um dilema muito comum entre mulheres bem-sucedidas de sua geração:

optar entre a dedicação exclusiva à carreira ou desacelerar o ritmo para casar e constituir família. "Sempre dei prioridade ao trabalho. Não sei até que ponto isso foi um erro, mas estou feliz, sinto que hoje estou mais madura para ter um relacionamento estável", conta a auditora, que, atualmente, está solteira. Mas, se depender dela, não por muito tempo. ✓

Sinal de alerta



Juarez Domingues Carneiro



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Os resultados do primeiro exame de suficiência em contabilidade fazem disparar o alarme nas instituições de ensino

A divulgação do resultado da primeira edição do exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizado em março, fez soar o alarme em relação à qualidade do ensino nas instituições de nível superior. Segundo o CFC, dos 16 mil inscritos em todo o País, apenas 30,83% foram aprovados na prova para bacharel em Ciências Contábeis e 24,93% no exame para técnico em contabilidade.

"O resultado do exame de suficiência é um alerta para as instituições de ensino. Com certeza, no próximo ano o percentual de aprovação será mais satisfatório. Temos confiança em que as faculdades se empenharão em realizar uma série de melhorias", opina Juarez Domingues Carneiro, presidente do CFC.

Para Maria Clara Cavalcante Bugarim, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, o resultado do exame será utilizado também para criar um *ranking* das instituições de ensino superior no Brasil, de acordo com o desempenho de seus alunos. Neste primeiro momento, porém, a intenção do CFC é alertar os docentes quanto à deficiência dos formandos em relação a conhecimentos específicos da profissão. Segundo Maria Clara, esta primeira edição da prova abordou apenas princípios básicos da contabilidade. Temas considerados complexos, como a implantação das normas internacionais

de contabilidade (IFRS), não foram incluídos, porque as universidades ainda carecem de literatura específica.

Para atingir percentuais de aprovação mais expressivos no próximo exame de suficiência, a vice-presidente do CFC aconselha: os docentes precisam refletir sobre a maneira como o conteúdo específico vem sendo transmitido aos alunos. "É importante pensar de acordo com a visão de mundo dos jovens da geração Y, que normalmente são mais estimulados quando se recorre à tecnologia. Os professores devem averiguar se os assuntos tratados em sala de aula estão sendo apreendidos em profundidade pelos alunos. Não basta apenas avaliá-los durante as provas." Ela também chama a atenção dos estudantes: "eles precisam entender que esta é uma profissão que exige dedicação. Não basta decorar conceitos para passar nas avaliações".

Na categoria bacharel em Ciências Contábeis, os Estados que mais aprovaram foram Distrito Federal (47,9%), seguido de Rio de Janeiro (41,5%), Paraíba (38,3%) e Rio Grande do Sul (37,3%). Na categoria técnico em contabilidade, o destaque foi do Pará, onde a metade dos recém-formados inscritos conseguiu aprovação. ✓

Momento extraordinário

Crescimento econômico e adoção de normas internacionais de contabilidade e auditoria incrementam a atuação das Regionais do Ibracon

O desenvolvimento econômico, que alimenta as melhores expectativas em todos os segmentos, também vem alavancando a atuação das sete Seções Regionais do Ibracon. Esse avanço se beneficia, ainda, da continuidade do processo de disseminação das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e de auditoria (ISA), que tem funcionado com um fator de atração para os profissionais, que veem no Ibracon uma referência para obter conhecimento técnico específico sobre as mudanças.

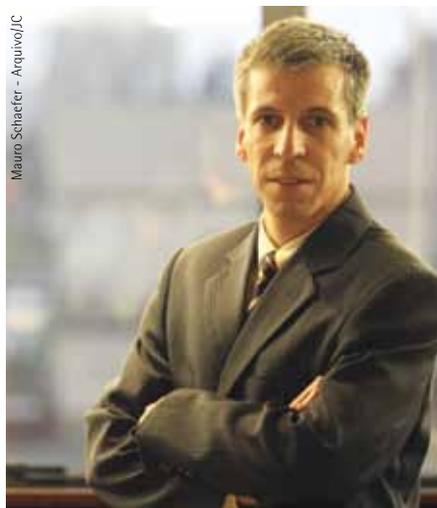
Atuando em linha com o plano estratégico da Diretoria Nacional, os presidentes regionais imprimem às suas administrações abordagens variadas, adaptadas ao ambiente local. Ainda assim, a educação profissional continuada é a ação mais forte das Regionais.

"Nosso setor está em plena expansão, por conta das demandas geradas pelo crescimento econômico de determinadas regiões do Rio Grande do Sul, como o Polo Metalmeccânico de Caxias do Sul, o Polo Naval de Rio Grande e um novo Polo Industrial em Passo Fundo. Em Santa Catarina, há o Polo de Informática", explica Sérgio Laurimar Fioravanti, presidente da 6ª Regional, instalada em Porto Alegre (RS).

Para ele, as demandas de certificação de balanços para obtenção de empréstimos, os processos de abertura de



capital, as melhorias em controles internos e o planejamento tributário permitiram um crescimento diferenciado para o segmento de auditoria. "A adoção das normas internacionais valorizaram nossos serviços", diz o presidente. Ele destaca que este ano a Regional está intensificando os cursos sobre IFRS para pequenas e médias empresas.



Sérgio Laurimar Fioravanti

"Vamos continuar com o projeto IFRS, em convênio com a Fundação Brasileira de Contabilidade, o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RS) e as principais universidades do Estado. Nosso grande desafio é disseminar as IFRS junto às pequenas e médias empresas", explica. Segundo Fioravanti, a Regional trabalha para estreitar cada vez mais seus laços com as universidades, participando de eventos, seminários e palestras destinados a despertar o interesse dos jovens estudantes de contabilidade pela prática da auditoria.

Na 1ª Regional, em Fortaleza (CE), que também abrange os Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, o maior desafio

está na dificuldade de cobrir toda a Região Norte. "As distâncias são muito grandes e os Estados têm características econômicas muito diversificadas", explica o presidente Sílvio Leitão de Castro e Silva. "Em relação a regiões mais desenvolvidas, as demandas dos Estados do Norte por auditoria são muito menores. Mas nossos associados estão bem informados quanto ao trabalho do Ibracon, recebem os comunicados e acompanham nossas atividades", diz Castro e Silva.

Uma das formas de superar as distâncias é atuar em parceria com outras entidades do setor, como o CRC, para difundir as IFRS. O presidente acredita que a melhor forma de ampliar a representatividade da Regional seria com a criação de distritais e a realização de campanhas nos Estados. Ele já realiza intenso trabalho no Ceará, incluindo a capital e as principais cidades do interior. "Nosso desafio é atingir os outros Estados", conclui.

Boas expectativas

Em Pernambuco, a situação é semelhante à do Rio Grande do Sul.



Sílvio Leitão de Castro e Silva



Arnaldo Marques Guimarães

"A partir de 2012 será implantado, na capital, Recife, o Polo Industrial e Portuário de Suape, que deverá gerar em torno de 12 mil empregos e dinamizar bastante nossos serviços. Os Estados vizinhos também serão beneficiados. As expectativas são muito boas", garante Arnaldo Marques Guimarães, presidente da 2ª Regional, que abrange também Sergipe, Alagoas e Paraíba.

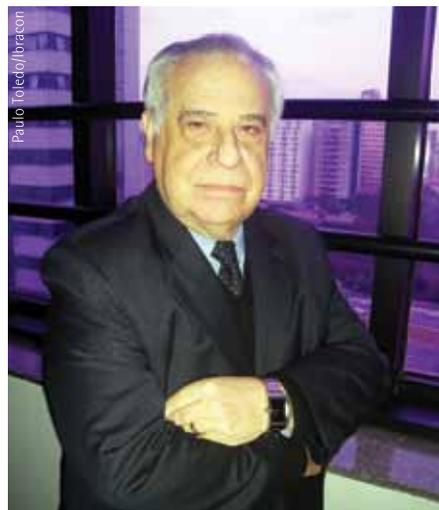
Quanto à educação profissional continuada, a Regional realiza fóruns técnicos quinzenais que reúnem associados na sede do Ibracon para discutir e interpretar as IFRS e os novos CPCs. "Esse trabalho vem sendo proveitoso e mobiliza muitos profissionais, inclusive da Paraíba e de Alagoas. Apesar de ser muito distante daqui, Sergipe também marca presença", diz Guimarães. A Regional agora está organizando um seminário sobre IFRS para toda a região. Visando dar conta da agenda cheia, Guimarães busca parcerias com as universidades, para ministrar os cursos. "Temos sido convidados pelas faculdades e universidades para mostrar o trabalho do Ibracon", conta.

Arnaldo Guimarães avalia que

outro grande desafio é levar os conceitos modernos de governança aos empresários nordestinos. O mercado local é composto em grande parte por empresas familiares, que ainda carecem de profissionalização. "Estamos pensando em promover um encontro com empresários para mostrar a importância do nosso trabalho para seu desempenho", finaliza o presidente.

Mercado aquecido

Em São Paulo, o presidente Walter Arnaldo Andreoli, responsável pela 5ª Regional, concorda em que o mercado está aquecido, sob o impulso da adoção das IFRS e das normas internacionais de auditoria. "O mercado de trabalho da Regional é promissor, há grande demanda por profissionais, devido ao crescimento do País em várias frentes, o que traz necessidade de expansão dos serviços de auditoria", afirma Andreoli. "Com relação ao mercado de trabalho, é importante destacar também que há muitas empresas interessadas em auditoria e muitas outras precisarão ser auditadas no futuro. O índice de empresas auditadas ainda é pequeno



Walter Arnaldo Andreoli

em relação ao tamanho do mercado brasileiro. Por isso há ainda muito espaço para crescer", explica o presidente.

Maior regional do Ibracon em número de empresas e em auditores associados, a 5ª também abrange Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. "Temos uma magnífica estrutura de trabalho e damos suporte a outras Regionais, principalmente na educação profissional continuada. Temos um largo programa de educação continuada", diz Andreoli. Para ele, a educação é fundamental em todos os setores, mas é ainda mais importante para as práticas de contabilidade e auditoria independente.

A Regional oferece cursos presenciais e promove encontros, transmitidos ao vivo e com interação dos participantes, *on-line*. "Temos cinco câmaras – três de contadores, uma de auditores independentes e uma de governança corporativa –, que promovem encontros e palestras transmitidos ao vivo, *on-line*, para que as Regionais e os interessados possam participar", explica Andreoli. Esses encontros contam com a colaboração de profissionais de firmas de auditoria ou de especialistas nos temas abordados.

Paulo César Santana, presidente da 4ª Regional, de Belo Horizonte (MG), que abrange também o Distrito Federal, Goiás e Tocantins, percebe uma expansão natural da base de associados por conta das profundas mudanças ocorridas nas práticas contábeis e de auditoria. "O associado sente necessidade de aproximar-se da entidade. Antes, as práticas eram relativamente estáveis. Os profissionais faziam um curso que era válido por um longo período de tempo.



Paulo César Santana

Agora, eles percebem que o Ibracon é a entidade mais capacitada para prover qualificação e atualização de conhecimentos", diz Santana.

Segundo ele, o Ibracon teve um papel de muito destaque nessas mudanças, o que o projetou na mídia. "É um momento extraordinário para a profissão", avalia. Ele também ressalta que a convergência às normas internacionais vai facilitar a ascensão profissional. "Antes, os profissionais de empresas pequenas tinham dificuldade de trabalhar com companhias maiores, que normalmente adotam procedimentos mais complexos e modelos de análises diferenciados", explica. As IFRS equiparam o conhecimento de todos os profissionais, pois os conceitos de fundo são os mesmos, independentemente do porte das empresas. "A carreira ganha com isso. Todos os profissionais precisam ter um conhecimento geral, de nível internacional. Isso abre grandes oportunidades", argumenta Santana.

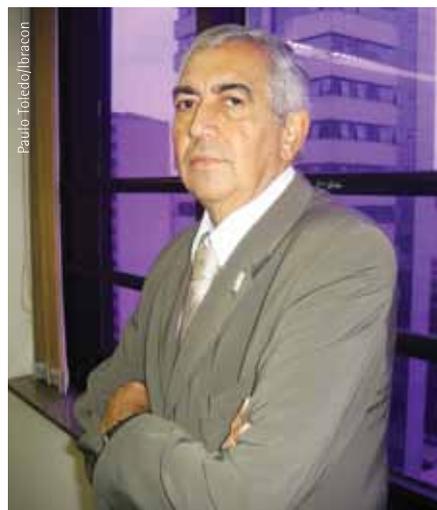
Apesar de otimista, ele alerta as faculdades para a necessidade de repensar os cursos e modernizar currículos. "Isso vale para todos os

Estados. Os resultados do exame de suficiência do CFC apontam que é preciso melhorar”, avalia.

Condições favoráveis

O Rio de Janeiro também tem previsão de realizar eventos importantes no segundo semestre para difundir conhecimentos do Ibracon. Jorge Ribeiro dos Passos Rosa, presidente da 3ª Regional, que inclui o Espírito Santo, informa que o trabalho da Regional vem sendo potencializado desde 2008 graças às normas internacionais. “Em agosto faremos novas discussões sobre convergência, envolvendo os CPCs e o RTT (Regime Transitório de Tributação). Serão quatro dias de evento”, informa Passos Rosa. Em sua análise, as IFRS ajudaram a atrair novos associados. “Os profissionais que entendem a importância do momento estão vindo em busca de conhecimento”, acrescenta o presidente.

Outra estratégia da 3ª Regional é aproveitar as condições favoráveis oferecidas pelo Rio de Janeiro, que abriga grandes estatais. Passos Rosa promove encontros e almoços com



Jorge Ribeiro dos Passos Rosa



Hildebrando Oliveira de Abreu

representantes das áreas contábeis das estatais a cada início de ano. Ele também tem no seu planejamento estratégico o constante fortalecimento da área de treinamento da Regional. “Nossa área de educação continuada tem prestado um serviço relevante de ajuda aos profissionais que querem acompanhar as novas normas”, explica.

Passos Rosa também promove o prêmio Profissional do Ano, em convênio com a Universidade Mackenzie, o CRC-RJ e o Sindicato dos Contabilistas. Para o presidente, o trabalho em parceria com outras entidades é muito importante, pois fortalece a profissão; as ações ganham corpo e escala. “O contador não precisa mais ficar introvertido em seu gabinete. Temos, agora, a possibilidade de atuar de forma mais proativa. Há uma nova mentalidade no mercado”, diz. Se em muitas Regionais as perspectivas são otimistas, no Rio de Janeiro elas assumem proporções ainda mais significativas, por conta dos preparativos para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

A exemplo do que ocorre em todo o País, a Bahia também experimenta um bom momento

econômico, principalmente por conta dos relevantes investimentos em petróleo, indústria, serviços, hotelaria, turismo e no setor imobiliário. “A Copa do Mundo tem canalizado somas expressivas de recursos para nossa região. Até 2010, o Governo do Estado captou cerca de R\$ 42 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”, explica Hildebrando Oliveira de Abreu, presidente da 9ª Regional.

Mas, ao mesmo tempo em que impacta positivamente a demanda por contabilidade e auditoria, essa movimentação exige que os profissionais estejam bem preparados para atender ao mercado com serviços de qualidade. Neste sentido, Oliveira de Abreu também está investindo em educação continuada focada nas normas internacionais. “Temos de fortalecer tecnicamente os profissionais da região”, avalia o presidente, para quem o desafio maior é ampliar a base de associados e fortalecer a imagem do Ibracon como entidade de representação técnica da categoria. ✓

Início de uma nova era



Passado o período de convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade (IFRS), as companhias brasileiras apresentaram, no final do ano passado, as primeiras demonstrações financeiras pelo novo padrão. Esses balanços eram aguardados com expectativa pelo mercado, que indagava até que ponto a convergência poderia ter impactado as empresas. Segundo pesquisa realizada pela professora Edilene Santana Santos, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), o maior impacto da adaptação foi registrado nos resultados relativos ao patrimônio e ao lucro líquido das corporações. O estudo conclui que as empresas brasileiras são mais lucrativas do que os demonstrativos anteriores apontavam. Na análise de Eliseu Martins, professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), a primeira safra de demonstrações pelas IFRS mostra, também, que as instituições financeiras foram as que mais enfrentaram dificuldades para adotar as novas normas de contabilidade.



A análise dos primeiros balanços apresentados pelas empresas brasileiras em conformidade com o conjunto das normas internacionais de contabilidade (IFRS) permite concluir que as companhias brasileiras são até 10% mais lucrativas do que apontavam, até então, os demonstrativos realizados de acordo com as regras antigas. A conclusão é da pesquisa *Primeira Safra das Demonstrações Financeiras*, realizada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), financiada pelo programa GVpesquisa.

O maior impacto da adaptação foi registrado nos resultados relativos ao patrimônio e ao lucro líquidos. De acordo com Edilene Santana Santos, professora da FGV-EAESP e responsável pelo estudo, 35% das companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa apontaram um

aumento de 10% em seus lucros no balanço de 2010. Em relação ao patrimônio líquido, 45% das empresas analisadas registraram um aumento de 10%. Entre as empresas que tiveram seus balanços verificados, 18% assinalaram uma queda de 10% nos lucros.

Os dados se referem à comparação entre as informações atuais e aquelas divulgadas nos balanços de 2008, quando apenas uma parte das normas IFRS havia sido implantada. Esses números chamam mais a atenção do que as cifras recolhidas em uma pesquisa anterior, relativa à análise dos balanços de 2007 e 2008 frente a anos anteriores. Naquele momento concluiu-se que as 34 empresas nacionais que haviam feito a reconciliação obtiveram 8% a mais de lucro em 2007 e queda de 7% em 2008. Esse último percentual chegou a confundir os analistas a respeito da análise dos primeiros

balanços pós-IFRS, mas constatou-se que a queda nos lucros em 2008, comparativamente com 2007, deveu-se muito mais aos efeitos da crise mundial do que à convergência.

Diante disso, Edilene Santos prevê que o percentual relativo ao aumento de lucros será ainda maior quando for divulgado o próximo estudo, realizado pelas mesmas entidades, comparando os balanços das empresas após a adoção total das IFRS com os resultados anteriores ao início da adaptação. "Antes das IFRS, as empresas atrelavam os valores de seus balanços à prestação de contas à Receita Federal. Agora esses dados estão muito mais direcionados ao mercado de capitais e à aprovação de crédito", explica a pesquisadora.

De olho no mercado

A professora da EAESP-FGV acredita que o principal benefício da



convergência às IFRS está no aumento de conhecimento em torno da realidade financeira das empresas, o que permite análises mais específicas sobre cada segmento e seus *players*. "Como a contabilidade brasileira era conservadora, as companhias tinham seus lucros contábeis apresentados da mesma forma e suas particularidades não eram evidenciadas", analisa.

A partir dessa mudança de comportamento, as informações agrupadas anualmente passam a ser direcionadas aos interesses de credores e analistas de mercado, e não apenas ao Fisco. "Isso é muito importante justamente neste momento em que o Brasil é visto com bons olhos pelo mercado mundial. Apresentar balanços atrelados às normas internacionais e uma governança transparente são práticas fundamentais para atrair mais investimentos estrangeiros", acrescenta a professora.

Ela analisa que, ao contrário do



Edilene Santos

que ocorre nos Estados Unidos, que têm uma forte base de empresas de capital aberto, a economia brasileira ainda é composta em grande parte por companhias familiares, que adotam um estilo administrativo próprio, mais

conservador. Os resultados financeiros são vistos como um assunto interno e, portanto, devem ser mantidos em sigilo. Edilene Santos afirma que a diferença entre o lucro líquido de uma companhia calculado pela

contabilidade tradicional latina chega a ser 15% menor do que o resultado levantado pelo método anglo-americano.

No trabalho de análise dos dados da pesquisa *Primeira Safra das Demonstrações Financeiras*, Edilene Santos também verificou que a mudança das normas de contabilidade tem representado um grande desafio

para os profissionais. "As normas internacionais se atêm mais a princípios do que a regras, permitindo uma análise flexível, baseada em cada caso específico. Mas, para fazer essa relativização, os profissionais têm que dispor de um conhecimento profundo do ofício", pontua a professora. Ela reconhece que o processo de convergência exige tempo para

adaptação e alerta que as firmas precisam investir na capacitação dos funcionários.

Uma das sugestões para aprimorar a prática contábil é promover grupos de estudos e debates entre os próprios funcionários das firmas para consolidar o conhecimento, principalmente no que se refere à prática em setores específicos, como o agronegócio.

Processo lento

Apesar de o Banco Central ter sido a primeira instituição brasileira a adotar as normas internacionais de contabilidade, as instituições financeiras foram as que mais enfrentaram dificuldades para apresentar seus balanços de acordo com as IFRS. "O setor bancário está um pouco devagar no processo de adoção das IFRS, usadas somente nos balanços consolidados das instituições financeiras. As seguradoras também não acompanharam a convergência em 100%", afirma Eliseu Martins, professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

Outra crítica do especialista diz respeito ao custo atribuído a ativos imobilizados. "Um número muito pequeno de empresas efetuou esse reajuste. Acredito que isso seja o reflexo de um possível receio relacionado às dificuldades fiscais por parte das companhias de capital aberto", diz Martins.

Com essas duas exceções, o professor vê com otimismo o alinhamento do Brasil às IFRS. "Foi uma grande mudança em um espaço de tempo curto, mas o resultado de adequação foi melhor do que eu imaginava", opina. Ele credita o sucesso da convergência ao apoio de entidades como a Associação Brasileira das Companhias



Eliseu Martins

Abertas (Abrasca) e ao esforço das firmas de auditoria em trazer especialistas de outros países para auxiliar na fase de implantação das novas normas. "A atuação da Abrasca foi importante porque não houve adiamento dos prazos de entrega dos resultados e os auditores puderam contar com a ajuda

de profissionais que passaram pela mesma experiência em 2005, quando as IFRS foram adotadas na Europa", acrescenta Martins.

Para ele, a qualidade da contabilidade praticada no Brasil também ajudou a facilitar o processo de convergência. "Nossa contabilidade já era de ótima qualidade e temos a importante contribuição do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil", conclui o professor, lembrando que os países da União Europeia levaram, em média, cinco anos para alcançar o nível de excelência após a convergência. ✓

Fôlego novo



Em busca de sustentabilidade, CPC cria Fundação para ampliar opções de financiamento e desvincular a gestão financeira das atividades técnicas

São muitas as referências elogiosas feitas à velocidade e eficiência com que o Brasil vem conduzindo o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Agora, o País começa a se preparar para interagir de forma ainda mais proativa no processo de aprimoramento dessas normas em âmbito global. Um passo importante nesse sentido foi dado com a criação da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), que vai ajudar a consolidar a posição do Brasil como um país atuante também na criação de normas.

"A contabilidade internacional está em processo de aprimoramento. É a hora de nos engajarmos nas discussões normativas e colaborar para melhorar o conjunto de regras da profissão", afirma Edison Arisa, presidente da Diretoria da FACPC.

Até então desenvolvidas em caráter voluntário por profissionais da área, as atividades do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vão ganhar novo fôlego. A Fundação surge para assegurar a sustentabilidade das ações do CPC e, principalmente, promover iniciativas que auxiliem o desenvolvimento das Ciências Contábeis no Brasil. A exemplo do que ocorre em outros países, a Fundação permitirá manter uma estrutura, desvinculada do cotidiano financeiro e administrativo, voltada exclusivamente às



Edison Arisa

atividades técnicas do CPC. "Teremos mais liberdade para ampliar as opções de financiamento destinadas a patrocinar as ações do CPC", avalia Edison Arisa. Ele explica que a FACPC agora pode manter profissionais dedicados exclusivamente à produção de conteúdos técnicos. "Teremos um time pequeno, mas voltado integralmente à Fundação", diz ele.

A Fundação, que nasce subordinada ao Ministério Público e tem um Conselho Curador formado pelos presidentes das seis entidades-membros do CPC – entre as quais está o Ibracon – Instituto dos Auditores

Independentes do Brasil –, poderá receber doações dessas e de outras entidades. Há planos, ainda, de captar recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que dispõe de um programa de fomento voltado às áreas contábil e de auditoria em países da América Latina.

“A Fundação nos reveste de toda a legalidade necessária para a gestão desses recursos, além de atender ao

compromisso formado com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”, observa Arisa. A entidade também deverá atuar intensivamente na disseminação de conhecimento junto à categoria contábil, principalmente em localidades distantes dos grandes centros financeiros brasileiros.

A ideia é ampliar a cobertura geográfica do CPC e organizar palestras e seminários que ajudem a conscientizar

e atualizar os profissionais de todo o País de maneira homogênea. “Se não capacitarmos o setor, corremos o risco de perder investimentos estrangeiros por falta de conformidade com as normas internacionais de contabilidade”, diz Arisa. Todas as informações coletadas pelos profissionais ligados à Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis serão disponibilizadas grátis e periodicamente no site do CPC.

Falta consenso político



Amaro Gomes

International Accounting Standards Board (IASB). Ao menos no que diz respeito aos aspectos técnicos. Falta, agora, um consenso político.

A avaliação é de Amaro Gomes, membro do IASB, que participou da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente – Ibracon 40 anos.

Para ele, o maior desafio da convergência Fasb/IASB se refere, na verdade, a questões de ordem política. A norte-americana Securities and Exchange Commission (SEC), que desempenha papel semelhante ao da brasileira

O processo de convergência dos Estados Unidos às normas europeias de contabilidade (IFRS), já adotadas em grande parte do globo, prossegue dentro do cronograma estabelecido pelo norte-americano Financial Accounting Standards Board (FASB) e pelo europeu

Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ainda está avaliando se permitirá que as empresas sediadas nos EUA adotem as IFRS, em substituição às normas atuais (US GAAP). Amaro Gomes julga improcedentes os temores do FASB, de perda da hegemonia. “O caráter da convergência é de troca de ideias entre as entidades e os controladores domésticos”, garante.

A SEC estuda os custos e benefícios da convergência e não tem prazo estabelecido para comunicar sua decisão. Mas tudo indica que as empresas norte-americanas acompanharão o movimento de adaptação à IFRS. “Estamos caminhando para transformar as IFRS em um sistema internacional de contabilidade. Fatos recentes, como a discussão no âmbito do G-20 e sinais emitidos por outras entidades, reforçam a tendência de convergência global”, acredita Amaro Gomes.

No plano técnico, ele relata que o processo de convergência se concentra, atualmente, na conclusão dos projetos previstos para 2011, relacionados à contabilidade para *leasing*, reconhecimento de receitas e instrumentos financeiros. “Também estamos trabalhando na definição da contabilidade para contratos de seguros. Esses projetos estão na lista de prioridades”, finaliza Amaro Gomes. Ele lembrou que a conclusão desses projetos, prevista anteriormente para junho, foi adiada por alguns meses pelo presidente do IASB, sir David Tweedie. ✓

O Brasil e as normas internacionais de auditoria

Göran Tidström

A economia global ainda está se recuperando de uma crise que testou o sistema financeiro internacional até os seus limites. Embora o Brasil tenha conseguido resistir à turbulência razoavelmente bem, devido à sua sólida estrutura institucional e à cautelosa política monetária, o impacto continua a ser sentido em todo o mundo, à medida que nos debatemos com as causas da crise, com as lições a serem aprendidas com ela e com as medidas que devem ser tomadas para se evitar outros episódios semelhantes no futuro.

A profissão contábil encontra-se hoje melhor posicionada para assumir um papel de liderança neste processo. No pós-crise, é ainda mais vital que mantenhamos uma posição unificada, engajemos os formuladores de políticas públicas, líderes do G-20 e outros, e busquemos a estabilidade financeira global. A adoção e implementação de normas de contabilidade e de auditoria de alta qualidade é um passo importante.

Nós – a International Federation of Accountants (Ifac) e seus órgãos-membros – nos orgulhamos de ajudar a melhorar a infraestrutura financeira em todo o mundo, tanto nos países desenvolvidos quanto nas nações emergentes e em desenvolvimento. Isso se dá, entre outras formas, pela atividade de normatização e pelo esforço em prol da adoção de normas de alta qualidade – de auditoria e asseguarção, ética, educação e contabilidade – que serão aceitas e implementadas globalmente. A partir de 2007, a Ifac, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o



“Como a maior economia da América Latina e a oitava do mundo, o Brasil é um líder na campanha pela adoção e implementação das ISA em toda a região”

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil começaram a trabalhar em conjunto em um plano para a convergência às normas internacionais no Brasil.

Conhecido como Projeto Convergência no Brasil, ele incluía a adoção de normas internacionais de auditoria (International Standards on Auditing, ISA, na sigla em inglês). Representantes do CFC, do Ibracon, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep) lançaram as bases deste ambicioso projeto durante o encontro *Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional (CReCER) 2007*, realizado na Cidade do México. Naquela conferência, avaliou-se, coletivamente, que a adoção das normas internacionais era de importância urgente e que aquelas organizações deveriam trabalhar em conjunto para a convergência em cada jurisdição.

Atualmente, estamos muito satisfeitos pelo fato de o Brasil ter adotado as ISA Revisadas, sendo o único país a fazê-lo em um esforço coordenado com reguladores e partes interessadas. Como a maior economia da América Latina e a oitava economia do mundo, o Brasil é um líder na campanha pela adoção e implementação das ISA em toda a região.

As diferentes necessidades das principais partes interessadas e seus respectivos direitos e responsabilidades no tocante ao processo de convergência e ao monitoramento do cumprimento das normas representam um dos desafios para a efetiva convergência às normas internacionais. Com frequência, os reguladores e outras organizações são responsáveis por parte do processo de normatização e monitoramento. Tradicionalmente, isto tem tornado difícil alcançar um consenso e a manutenção desse entusiasmo. Não obstante, o Projeto Convergência no Brasil teve êxito no trabalho em colaboração com organizações profissionais e partes interessadas, como o Governo Federal, o Banco Central, os órgãos reguladores, a CVM e a STN para tornar possível a adoção das ISA. Todos devem ser parabenizados por seus esforços.

O trabalho no Brasil está apenas começando, já que a adoção inicial e a implementação são apenas o primeiro passo de um processo contínuo. Esta reforma substancial exigirá suporte sólido e contínuo, instrução e investimento significativo em recursos humanos e financeiros.

O CFC e o Ibracon servem como exemplos a serem seguidos por organizações profissionais contábeis na América Latina. Esperamos oferecer nosso apoio ao Brasil e ajudar a compartilhar sua experiência para promover o desenvolvimento da profissão contábil na região. ✓



Göran Tidström é presidente da International Federation of Accountants (Ifac)

Um encontro muito especial



Convenção tem programa reforçado com palestras e painéis para gestores públicos e professores

As normas internacionais de contabilidade darão o tom à 22ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, cujo tema é *Contabilidade Global: Evolução Profissional*. A extensa programação do evento inclui palestras especialmente elaboradas visando os gestores públicos e professores da área contábil. O ponto alto do encontro será a aula magna de Pedro Malan, curador da IASC Foundation e ex-ministro da Fazenda do Brasil.

"A convenção será uma das mais ricas em conteúdo já realizadas pelo Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo por conta da convergência do Brasil às normas internacionais", avalia Domingos Orestes Chiomento, presidente do CRC-SP e do evento, que acontece de 17 a 19 de agosto, no Mendes Convention Center, em Santos. Ele explica que o mercado demanda um reforço na atualização dos profissionais. Eles precisam aprofundar seus conhecimentos a respeito dos novos conceitos da contabilidade trazidos pela adesão do Brasil aos padrões internacionais.

Chiomento lembra que a partir do ano que vem os gestores públicos, em âmbito federal e estadual, começarão a adotar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público adaptadas ao padrão IPSA (International Public Sector Accounting Standards Board). "Nosso objetivo é colaborar para a preparação desses profissionais, que terão de aplicar as IPSA a partir de 2012", esclarece. O evento também conta



Domingos Orestes Chiomento

com painéis promovidos por entidades do setor. O Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil patrocina palestras abordando aspectos específicos da auditoria.

A 22ª Convenção dos Contabilistas é aberta a profissionais e professores de todo o Brasil. Os participantes concorrerão a diversos prêmios - um automóvel, uma moto, três I pads, um notebook e um GPS - e receberão um DVD exclusivo. "Vamos oferecer trabalhos desenvolvidos pela Comissão Científica do CRC-SP, para que os participantes tenham acesso ao que há de mais atualizado em informações sobre IFRS. Trata-se de um complemento para que os profissionais possam aplicar o conhecimento no seu dia a dia", conclui Chiomento. ✓



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Tristão Gonçalves, 827
60015-000, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br
www.ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br
www.ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibraconsexta.com.br
www.ibraconsexta.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br